

***“Trabalho & Saúde dos Professores de Educação Física
nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro.”***

por

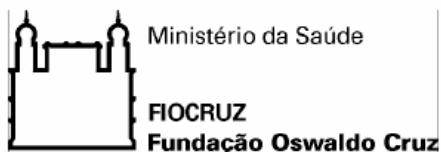
Paulo Henrique Batista

*Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de
Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.*

1º Orientador: Profª. Drª. Ana Maria C.B. Braga

2º Orientador: Prof. Dr. Carlos Otávio Fiúza

Rio de Janeiro, agosto de 2008.



Esta dissertação, intitulada

***“Trabalho & Saúde dos Professores de Educação Física
nas Escolas Municipais do Rio de Janeiro: Um Estudo
Exploratório”***

apresentada por

Paulo Henrique Batista

Foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^ª. Dr^ª. Jussara Brito

Prof. Dr. José Maurício Capinussu

Prof^ª. Dr^ª. Ana Maria C.B. Braga

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

B333t Batista, Paulo Henrique
Trabalho & saúde dos professores de educação física nas
Escolas Municipais do Rio de Janeiro. / Paulo Henrique Batista.
Rio de Janeiro: s.n., 2008.
79 p.

Orientador: Braga, Ana Maria C. B.
Fiúza, Carlos Otávio

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Nacional de
Saúde Pública Sergio Arouca

1. Saúde do Trabalhador. 2. Qualidade de Vida. 3.
Atividades Humanas. 4. Educação Física e Treinamento. 5.
Docentes. I. Título.

CDD - 22.ed. – 363.11098153

A minha mãe Mariza (Coquinho)
Ao velho Amâncio, meu pai
Ao meu irmão Carlos Alberto
(Carequinha)
Aos meus irmãos Glória Rita,
Marco Antônio e Carlos Henrique
A minha esposa Marta Peroni
E a todos os meus familiares...

Agradecimentos

Agradecer sempre é algo difícil...

São tantas as pessoas que, no decorrer não apenas desses 02 (dois) anos e alguns meses, estiveram presentes em minha vida e compartilharam os momentos de muitas alegrias e de algumas tristezas que, de certa maneira, estarão sempre presentes. Na lembrança muitos rostos e nomes que vão e vêm...

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me conduzido a este caminho e mais uma vez aos meus pais, dos quais sempre terei orgulho por tudo que me ensinaram...

Ao professor Carlos Otávio Fiúza, não apenas por tudo que me ensinou em suas aulas, mas principalmente pela cumplicidade de irmão que demonstrou ter por mim a minha eterna amizade.

Aos Professores Doutores José Maurício Capinussu e Fátima Palha, pelo incentivo de fazer o mestrado.

Aos professores Doutor Manuel Tubino, que além da amizade representa um exemplo de vida a ser seguido e ao professor Doutor Leonardo Mataruna, por acreditar em meu trabalho e pelo incentivo.

A Professora Doutora Carmem Marinho, que me acolheu na Fiocruz e mostrou os caminhos da Saúde do Trabalhador.

A minha orientadora, Professora Doutora Ana Maria Braga, que mesmo diante das dificuldades que a vida nos impõe sempre demonstrou paciência.

A Luiz Carlos de Oliveira da Silva, Farmacêutico bioquímico, um grande amigo de todas as horas...

Agradeço à Fundação Oswaldo Cruz por valorizar meu trabalho.

Aos amigos de ontem e sempre Álvaro e Verônica, Celso, Dílson Vieira, Eliésio, Mário, Nelson, Coronel Heitor, Roberto Gueller...

Os amigos que ganhei ao longo do mestrado na Fiocruz João, Regina, Leila, Clara, Catarina, Mariana, Tarciso, Leandro Motta, Yuri e muitos outros...

Aos amigos que foram ao longo de minha existência, entrando e ficando, os irmãos Helinho e Marquinhos, Amauri, Nelson e tantos outros.

As diretoras Eliane Saback e Ângela Maria Quintieri pelo acolhimento.

Por último, mas com uma grande importância, todos os colegas de Educação Física que colaboraram para a realização desse trabalho.

“Quem realmente vive, isto é, procura e persegue objetivos e não fica fantasiando em inatividade contemplativa, aprende a suportar com hombridade os sofrimentos e valoriza integralmente os momentos de alegria. A vida é trabalho, atividade, luta e não sonhos ociosos.”

(Konstantin D. Kavelin – 1818/1885)

Resumo

Esta dissertação buscou fazer uma reflexão acerca dos principais motivos que geraram um quadro de desânimo, desgaste físico e outros problemas de saúde encontrados de uma forma em geral nos professores da rede Municipal do Rio de Janeiro, em especial os docentes de Educação Física. A partir dos referenciais teóricos e metodológicos do campo da medicina do trabalho e saúde do trabalhador, pretende-se analisar saúde e qualidade de vida aliadas à atividade do docente de Educação Física, em seu cotidiano de convivência e trabalho. A nossa pesquisa buscou compreender a qualidade de vida no ambiente de trabalho e suas ações possíveis sobre a saúde do docente de Educação Física. Para tal deu-se um destaque ao local de trabalho desse profissional, ou seja, a escola, pois acreditamos ser um ponto vital que precisa ser analisado. A saúde do trabalhador nos levou ao campo das pesquisas em saúde, entendidas como um caminho para se compreender as relações não apenas técnicas, mas também sociais junto aos professores da rede municipal do Rio de Janeiro. O trabalho de campo se deu no próprio espaço de atuação desse profissional – a escola. Através de observações participativas e entrevistas semi-estruturadas pode-se perceber como ocorrem às práticas do docente de Educação Física, sua interação social, as atividades realizadas, bem como sua rotina laboral. O estudo visou identificar as relações das atividades do trabalho como a saúde desse profissional para mostrar que, a partir de um processo de conhecimento e condições de trabalho é possível uma mudança que permita que o ambiente de trabalho se torne menos prejudicial à saúde do professor de Educação Física.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador, Qualidade de Vida, Atividades Humanas, Professor de Educação Física, Escola.

Abstract

The following essay sought to make a reflection about the main reasons which caused a condition of discouragement, as well as physical exhaustion and other health problems mostly found in teachers from the school chains of the Municipality in Rio de Janeiro – specially Physical Education teachers. Based on both methodological and theoretical background in the field of work medicine in addition to workers' health, health and quality of life (the latter linked to the activities of Physical Education teachers regarding their personal and professional everyday life. Our research aimed to comprehend the quality of life when it comes to the work environment and its possible effects on the health of the Physical Education teacher. Therefore emphasis has been given to this professional's workplace, i.e. the school -for we believe it to be a crucial point to be analysed. The worker's health led us to the field of researches concerning health, seen as a way to grasp the relationships -not only technical but also social in relation to teachers from the Municipality of Rio de Janeiro. The work was conducted at the professional's workplace: the school. Through participating observations as well as semi-structured interviews, we could see how the practices of the Physical Education teacher are conducted, his/her social interaction, activities performed besides his/ her working routine. This study tried to identify the relationships between the working activities and this professional's health to show that, from an understanding process and working conditions, it's possible make a change which allows the work environment to become less harmful to the health of the Physical Education teacher.

Keywords: Worker's health, Quality of life, Human activities, Physical Education, Education.

Sumário

	Pág.
1 – Apresentação	01
2 - Da medicina do trabalho a saúde do trabalhador	03
3 - O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação	11
3.1. – A sua origem e lutas	11
4 - Educação Física: sua origem e aplicabilidade	14
4.1 - Saúde e Qualidade de Vida	21
4.2 - A saúde do Professor de Educação Física no Brasil	27
4.3 - Saúde e trabalho na atividade docente em Educação Física	30
4.4 - Aspectos psicossociais no trabalho	32
5 – Aspectos Metodológicos	36
5.1 - A construção do instrumento para a coleta e análise de dados	38
5.2 - A pesquisa nas escolas	41
5.2.1 – Características das Escolas Pesquisadas	42
5.3 - A estrutura organizacional do sistema educacional no município do Rio de Janeiro	44
6 - Análise dos dados coletados	45
6.1 – Dados sociodemográficos e os aspectos gerais dos profissionais entrevistados	45
6.2 – O docente no ambiente escolar	46
6.3 – Análise dos dados relativos à atividade profissional	49
6.4 – Análise dos dados relativos ao cotidiano	51
6.5 – A saúde do profissional de Educação	51
7 – Discussão dos resultados coletados através das entrevistas	55
8 – Considerações Finais	61
9 – Referências Bibliográficas	67
Anexos	71

1 – APRESENTAÇÃO

Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção. Não haveria criatividade sem curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos⁶⁰.

No ano de 2003, assumi o cargo de Professor Regente I de Educação Física (EF) no Município do Rio de Janeiro, onde comecei a ministrar aulas para crianças na faixa etária entre 04 (quatro) e 15 (quinze) anos. Em contato com os professores não apenas de EF como também das outras disciplinas, pude observar um constante quadro de desânimo, desgaste físico e inúmeros relatos de problemas de saúde, oriundos das más condições dos locais de trabalho.

Tal fato motivou meu interesse pelo tema e assim, passei a indagar aos profissionais da minha área de atuação docentes quais os principais motivos geradores desses problemas. Dentre os principais fatores apresentados, encontravam-se a desvalorização do trabalho docente, a desqualificação e depreciação social decorrente de um baixo salário, a falta de um ambiente propício de trabalho e de recursos materiais para a aplicação das aulas, gerando um grande desgaste físico e principalmente emocional. A reunião desses fatores termina por propiciar ou agravar possíveis problemas de saúde dentre estes profissionais. Como consequência, encontra-se o alto índice de abandono da profissão e pedido de licenças médicas, o que faz com que vários professores fiquem fora da sala de aula durante dias, semanas e até mesmo meses.

Cabe observar que a educação escolar no Brasil, hoje, diante das necessidades exigidas pela sociedade contemporânea, vive um quadro crônico de incapacidade adaptativa. No ensino público, essa realidade é mais grave, já que observamos a falta de docentes e funcionários de apoio, em relação ao imenso contingente de alunos matriculados anualmente. Soma-se a isso, a falta de espaço físico (salas de aulas pequenas, quadras esportivas em péssimas condições de manutenção), uma insuficiente infraestrutura e escassos recursos materiais.

A partir dessas inquietações, surgiu a proposta deste estudo, que tem como principal objetivo analisar os aspectos ambientais e organizacionais do trabalho de professores de EF do primeiro segmento do Ensino Fundamental do município do Rio de Janeiro, visando uma exploração inicial entre o trabalho do docente de EF e a sua saúde, além de discutir a relação entre trabalho e saúde desses profissionais, tendo como referência as reflexões geradas no campo da Saúde Pública.

A pesquisa utiliza uma visão ampliada do ambiente e da relação saúde/doença e trabalho, centrando atenção no local de trabalho destes profissionais (a escola) e na organização laboral. Esta visa contribuir para a melhoria da saúde do professor de EF, que para tal necessita de um local de trabalho propício, que se constitua num ambiente saudável às práticas desportivas.

De acordo com Oliveira¹, inúmeras pesquisas a respeito do professor de EF, seu conhecimento e campo de atuação foram realizadas, porém pouquíssimas são as que abordam a saúde desse profissional. Além disso, a maioria desses estudos segue o paradigma biologizante, indicando a necessidade de se realizar estudos que analisem e interpretem a rotina a partir da ótica do trabalhador, subsidiando propostas que possam fornecer estratégias para adoção de atitudes mais favoráveis à saúde e à qualidade de vida desse profissional.

Na medida em que direcionamos o foco da nossa pesquisa para o local de trabalho - a escola-, acreditamos na necessidade de interferência nesse espaço tendo como principal objetivo a promoção da melhoria da qualidade de saúde dos docentes de EF, pois o ambiente de trabalho que promova uma atuação mais saudável termina por favorecer não apenas o trabalho do docente como também o valoriza enquanto agente transformador da sociedade da qual faz parte.

Este trabalho representa também uma trajetória por mim vivida enquanto professor da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro e para encontrar respostas a essas indagações busquei, nessa pesquisa, aliar leituras e observações feitas ao longo do curso de mestrado às experiências de trabalho.

2 - DA MEDICINA DO TRABALHO À SAÚDE DO TRABALHADOR

Antigamente, os médicos prescreviam viagens como remédio para a depressão. Imaginavam que, viajando para outros lugares, a depressão ficaria para trás. Mas a tristeza não desembarca. Viaja junto. Somos um baú cheio. Quando viajamos, o baú, com tudo o que está dentro, vai junto. Chegamos lá, abrimos o baú e nos vemos a representar a mesma comédia que representamos sempre⁵⁷.

Para uma melhor compreensão do tema estudado, faz-se necessário conceituar o que seja trabalho e de que forma ele se insere em um determinado contexto social. Partimos da visão de Marxⁱⁱ, que afirma ser o trabalho a categoria mediadora entre as relações sociais; através dele, ocorre o desenvolvimento cultural do ser humano que passa a transformar a natureza de acordo com suas necessidades. O trabalho é uma ação consciente que, antes de ser realizado, é precedido por um conjunto de idéias; ou seja, para executá-lo o homem pensa, planeja o que vai fazer e qual será o resultado dessa ação. Deve-se ressaltar que não se pode dissociar o ato de trabalhar das condições de trabalho, que estão intrinsecamente ligadas ao meio ambiente onde o homem está inserido.

De acordo com Souzaⁱⁱⁱ, no decorrer das modificações sociais, o conceito de trabalho sofreu variações; contudo, termina por ressaltar que a sua essência (ligada às relações sociais) manteve-se invariável. O trabalho é essencial para a sobrevivência de qualquer sociedade e é através dele que o ser humano cria condições para uma vida melhor, elabora novas idéias e aperfeiçoa sua criatividade capacitando-o para conduzir o seu próprio desenvolvimento biológico e social. O processo de trabalho pode ser caracterizado a partir de 03 (três) elementos básicos: a atividade (trabalho), o objeto (matéria-prima) e os meios de trabalho (instrumentos/ferramentas).

A idéia de trabalho como algo ligado à realização do homem passou a ser constituída no período histórico conhecido como Renascimento. O trabalho deixou de ser sinônimo de “servidão” e passou a ser visto como fonte para alcançar a liberdade e as conquistas sociais, além de transformar-se no elemento modificador da sociedade burguesa que surgia.

Ao longo da história podemos caracterizar 03 (três) formas principais de relações entre o homem e o trabalho. Na produção artesanal, o trabalhador fazia tudo sozinho, ou seja, ele acompanhava e interferia em todas as etapas da produção, identificando-se profundamente com o produto criado e sentindo-se responsável pelos

resultados obtidos. No final da Idade Média há o surgimento da manufatura, onde os antigos artesãos passam a trabalhar para alguém que fornece a matéria-prima e por vezes, os instrumentos de trabalho, trocando o trabalho por salário. Nesse novo sistema, quase todos os meios de produção pertenciam ao empregador e a produção era dividida em etapas. Com isso, o trabalhador perdeu parte do controle sobre o produto final. Com o surgimento das primeiras fábricas e a larga utilização das máquinas em substituição às ferramentas e ao próprio trabalho humano, o trabalhador já não era mais o dono dos meios de produção e praticamente não tinha controle sobre a produção e o produto final⁷.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, novas relações sociais surgem e se ligam a um novo modo de produção, em que se retira do trabalhador o controle do seu processo de trabalho, já que o separa do seu produto. O trabalho passa a ser vendido como uma mercadoria. A concretização desse sistema se dá durante a Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra no século XVIII e provocou também mudanças na forma de fazer, transportar e comercializar as mercadorias. Isso alterou profundamente a maneira de viver e trabalhar das pessoas. Os modelos de organização dentro das fábricas terminam por invadir a vida cotidiana dos trabalhadores^{iv} (família, igreja e lazer). O trabalho passa a ser a principal atividade e absorve a maior parte do tempo da vida do trabalhador. Os locais de labor transformam-se em novos espaços sociais, ditando regras e formas de condutas sociais que ultrapassam os muros das fábricas.

Tem-se a construção de uma nova ordem, de uma nova ideologia e a estruturação de uma sociedade burguesa e capitalista. Assim, surge um discurso ético e moral contra o ócio e o prazer passa a dominar a sociedade como um todo. Somente através do trabalho se podia construir a idéia de cidadão. Disciplinavam-se corpos de forma a transformar os trabalhadores em seres dóceis, chegando a existir a utilização de um discurso médico, que fazia parte do projeto de criação de uma nova ordem onde havia a delimitação dos espaços dos incluídos e dos excluídos nesta sociedade. O trabalho se consolida como fator de positividade e junto vem à idéia de higienizar e de delimitar os espaços da cidade^v.

Assim, as questões referentes à saúde e ao trabalho se apresentaram como tema de preocupação pública em meados do século XIX na Europa, quando os

adocimentos nos processos de produção aparecem, ainda nas etapas iniciais da industrialização. Com relação ao Brasil, esta preocupação tem início em fins do século XIX e início do século XX (com o advento da *Belle Époque*¹, que marcou a sociedade brasileira apesar das heranças patriarcalistas). A europeização, antes centrada apenas no ambiente familiar da elite brasileira, agora se faz presente nas políticas públicas (escolas, prisões, hospitais, locais de trabalho), que sofrem mudanças radicais baseadas no controle e na aplicação de métodos científicos.

Nos países industrializados, o Estado passa a assumir as funções de intervenção e regulamentação dos temas relativos à prevenção da saúde e segurança dos trabalhadores, com o objetivo de eliminar os obstáculos ao desenvolvimento econômico, promovendo uma série de ações visando garantir as condições para o desenvolvimento do novo sistema de produção.

Quando a fábrica se torna o local privilegiado para a realização das novas relações de produção, como apontam Mendes e Dias^{vi}, ocorre o surgimento da Medicina do Trabalho, visando o controle da força de trabalho para o aumento da produtividade. Enquanto especialidade médica, ela nasce na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, em pleno apogeu da Revolução Industrial. Os autores afirmam que, em 1830, instala-se o primeiro serviço de Medicina do Trabalho que se caracterizava por ser centrado na figura do médico, que por sua vez deveria ser de inteira confiança do empresário.

Os primeiros anos do século XIX correspondem, na Europa, à fase de acumulação de capital por parte dos empresários, que procuravam obter lucros cada vez mais elevados e rápidos. Dentre as fontes de lucro, encontrava-se a exploração do trabalho assalariado dentro das fábricas: uma jornada de trabalho longa (até dezesseis horas por dia) com pagamento de baixos salários, além de precárias condições de trabalho em locais insalubres e extremamente perigosos, onde o índice de acidentes era extremamente alto. Os trabalhadores eram constantemente vigiados, estavam submetidos a regulamentos severos e podiam ser punidos por qualquer atitude que desagradasse ao patrão. Neste contexto, a presença da figura do médico no interior da fábrica se apresenta como vital para a recuperação e retorno do trabalhador o mais

¹ Ver entre outros: COSTA, Ângela M & SCHWARCZ, Lílían M. *1890-1914. No tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras. Segundo as autoras, durante a administração do prefeito Pereira Passos, a capital do Brasil – Rio de Janeiro – sofre um processo de modernização seguindo os modelos europeus, onde o processo de urbanização ligado ao progresso social termina por dar uma nova estrutura à cidade.

rápido possível^{vii}. A Medicina do Trabalho centrada na atuação médica, mantém-se até os dias atuais, dentro de um enfoque biologicista e individual, buscando a causa das doenças e acidentes de trabalho com uma abordagem unicausal^{viii}.

Em relação à organização do trabalho, a Medicina do Trabalho teria pouco a contribuir na medida em que sua atenção estava voltada basicamente para o indivíduo, privilegiando diagnóstico e tratamento, dentro de uma visão na qual o espaço para a subjetividade e a percepção do trabalhador era restrito. Desvela-se então a impotência da Medicina do Trabalho para intervir sobre os problemas de saúde causados pelo processo de produção. Em resposta, amplia-se a atuação médica direcionada ao trabalhador, pela intervenção sobre o ambiente, com o instrumental de outras disciplinas.

Nesta direção, a Saúde Ocupacional começa a se delinear a partir do contexto econômico e político da II Guerra e do Pós-Guerra, quando o custo provocado pela perda de vidas por acidentes de trabalho ou por doenças do trabalho começou a ser sentido tanto por empregadores como pelas companhias de seguro, devido às pesadas indenizações que começaram a ser pagas. Nesta abordagem, desloca-se a intervenção que antes era centrada no indivíduo, para a questão dos riscos existentes no ambiente de trabalho. Assim, a Saúde Ocupacional utiliza o enfoque da Higiene Industrial, buscando através da atuação multiprofissional (médicos, engenheiros, toxicologistas, entre outros) intervir nos locais de trabalho, com a finalidade de controlar os riscos ambientais, refletindo assim a influência das Escolas de Saúde Pública, principalmente dos Estados Unidos⁶.

No Brasil, a adoção e o desenvolvimento da Saúde Ocupacional deram-se tardiamente, reproduzindo o processo ocorrido nos países do Primeiro Mundo. O modelo de Saúde Ocupacional não conseguiu atingir os seus objetivos, pois manteve o referencial da Medicina do Trabalho, não atingindo a interdisciplinaridade e as medidas para propiciar a saúde no trabalho de forma mais ampla; restringiram-se a ações pontuais sobre os riscos mais evidentes.

Na visão de Lacaz^{ix}, tal limite impede que a Saúde Ocupacional considere e opere sobre nexos mais complexos, pouco contribuindo para a compreensão da causalidade das doenças relacionadas ao trabalho, especialmente as cardiovasculares, psicossomáticas e mentais, características do adoecimento pelo trabalho hoje. Uma forma diferente de analisar as questões referentes às relações entre trabalho e saúde/doença surge com alguns autores da Medicina Social Latino-americana, entre eles

Laurell e Noriega^x, que conceituam o trabalho a partir da concepção de processo de trabalho, que se inscreveria nas relações sociais de produção. Assim, além das conseqüências mais visíveis do trabalho sobre a saúde (agentes nocivos de natureza química, física, entre outros), procura também entender a nocividade do trabalho com suas implicações biopsíquicas.

Neste contexto, uma questão nova se apresenta: a emergência da Saúde do Trabalhador. A construção deste enfoque se diferencia da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional, pois compreende o processo de trabalho a partir da discussão do campo das Ciências Sociais e da Epidemiologia Social, trazida para a relação saúde e processo de trabalho⁹.

A Saúde do Trabalhador tem suas origens na medicina social latino-americana e na saúde coletiva; põe o foco nas relações entre saúde e trabalho, compreendendo o processo de adoecimento dos trabalhadores, tais como incômodos e desgastes, para além dos acidentes e doenças, através do estudo dos processos de trabalho. Articula as questões sóciopolíticas e econômicas, de forma a estabelecer o nexo biopsíquico das coletividades nas sociedades capitalistas industriais¹⁰. Em síntese, este campo é constituído de práticas teóricas interdisciplinares – técnicas, sociais, humanas – e interinstitucionais com base em diversos atores e enfoques distintos⁸.

De acordo com Lacaz⁹, este é um campo de práticas e conhecimento que emerge no Brasil, com base em um enfoque teórico-metodológico da Saúde Coletiva que busca conhecer e intervir nas relações trabalho e saúde-doença, tendo como referência central o surgimento da classe operária industrial². Ela se contrapõe aos conhecimentos e práticas da Saúde Ocupacional, objetivando superá-los influenciada pelos discursos da Medicina Social Latino Americana, relativos à determinação social do processo saúde-doença, pela Saúde Pública e pela Saúde Coletiva de abordar o sofrer, adoecer, morrer das classes e grupos sociais inseridos em processos produtivos.

As classes trabalhadoras constituem-se em novo sujeito político e social, conforme sugere o campo Saúde do Trabalhador, pois este incorpora a idéia de trabalhador ativo, agente de mudanças, com saberes e vivências sobre seu trabalho, trabalhando coletivamente e, como um ator histórico, intervindo e transformando a realidade do trabalho, participando do controle da nocividade, da definição consensual

² Ver entre outros: SINGER, Paul. *A formação da classe operária*. São Paulo: Atual, 1988. Afirma que a formação da classe operária no Brasil se deu antes da grande onda de imigração européia, que deu um impulso decisivo a esse movimento. O proletariado industrial surge no Brasil antes da Abolição, pois a criação das usinas precede de alguns anos e estes operários constituem uma classe operária, de caráter industrial, localizada no campo.

de prioridades de intervenção e da elaboração de estratégias transformadoras^{xi}.

Vários autores, dentre eles Tambellini^{xii}, conseguem pensar a epistemologia do campo quando discutem as relações trabalho-saúde em abstrato, pela elaboração de grupo multiprofissional de investigadores (da saúde, ciências sociais, filosofia), cujo objeto – as relações capital/trabalho; trabalho/saúde; sociedade/classes/saúde – se construiu a partir da abordagem teórico-conceitual e análise interdisciplinar e transdisciplinar. Os produtos do conhecimento científico derivados dessa abordagem e suas conseqüências para a saúde contribuem para a elaboração de políticas públicas.

Quanto ao governo, o discurso da técnica articulado às relações de poder e ao modelo disciplinar, vinculado ao trabalhador embasado em teorias científicas universais, institucionaliza-se nacionalmente nos anos 1970. Este baseou-se no modelo político adotado pelo Regime Militar, que obrigava a criação dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, delegando às empresas a tutela da saúde dos trabalhadores⁹.

Os saberes de filósofos e cientistas sociais, de políticos, planejadores, de profissionais de saúde, articulados com os dos trabalhadores organizados em seus órgãos de representação, sustentam a luta pela transformação dos processos de trabalho, buscando resgatar o real *ethos* do trabalho: libertário e emancipador^{xiii}.

A Saúde do Trabalhador informada pela Medicina Social Latino-Americana enquanto campo de estudos e seu desenvolvimento associam-se ao processo de industrialização e à forma particular por este assumida na América Latina. Destaque-se sua heterogeneidade dos processos de trabalho dentro da nova divisão internacional do trabalho. O caráter pouco duradouro das economias vividas por países como a Argentina, Brasil, Chile, México e as profundas mudanças na estrutura de classes, possibilitam o desenvolvimento de uma jovem classe operária industrial urbana, que ao surgir termina por constituir-se num “*novo sujeito social e político, que tem como experiência vivencial direta, a concretização das contradições que caracterizam o desenvolvimento industrial tardio*”^{xiv}. Assim, termina por assumir as reivindicações já conquistadas pela classe operária dos países capitalistas centrais.

Ao longo da década de 1980, significativas mudanças na política de saúde brasileira ocorrem e na VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, consolida-se a proposta de criação do Serviço Único de Saúde (SUS), com atributo de coordenar as ações de saúde agora alçada à condição de direito social e de cidadania^{xv}.

Movimentos sindicais de metalúrgicos, químicos, petroquímicos e de bancários, no início dos anos 80, em São Paulo, cobram envolvimento dos serviços de saúde pública com as questões de saúde relacionadas ao trabalho, fato contemporâneo à criação, por parte de dezenas de sindicatos de trabalhadores, do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), que teve papel importante na discussão sobre o rompimento com o assistencialismo médico existente dentro dos sindicatos, numa perspectiva de superá-lo, propondo que tal atribuição seja da rede pública de saúde⁹.

O envolvimento da rede de saúde pública amplia-se, concretizando-se nos Programas de Saúde do Trabalhador (PST) criados na rede da Secretaria Estadual de Saúde (SES) de São Paulo, e implantados em várias regiões do Estado a partir de 1985 (posteriormente em outros Estados), como resposta à demanda do movimento sindical. A participação dos trabalhadores vinculados aos sindicatos, em alguns casos na própria gestão, controle e avaliação como também no acesso às informações obtidas a partir do atendimento, possibilita o desencadeamento de ações de vigilância nos locais de trabalho, geradores de danos à saúde.

A percepção do trabalhador como sujeito de um saber e inserido no processo produtivo desenvolve uma compreensão de que o processo de trabalho pode ser danoso à saúde. Isso ultrapassa o horizonte de visão da Saúde Ocupacional, que aponta outras determinações para o sofrimento, o mal-estar e a doença, relacionados às relações sociais que se estabelecem nos processos de trabalho^{xvi}.

A área da Saúde do Trabalhador, influenciando as políticas públicas confere o papel principal aos serviços públicos de saúde, integrando a assistência e a vigilância à saúde da população de trabalhadores e incorporando a gestão participativa dos trabalhadores nos PST com uma complexa rede de relações⁹.

A influência exercida sobre os sindicatos brasileiros pelo Modelo Operário Italiano (MOI)^{xvii}, a partir do final dos anos 70, estimula a luta pela melhoria das condições de trabalho e defesa da saúde, superando a monetarização do risco através do recebimento dos adicionais de insalubridade, por exemplo. O intercâmbio estabelecido entre técnicos, sindicalistas brasileiros e italianos, iniciado no Brasil em 1978, ajuda a disseminar a proposta do MOI, método de intervenção contra a nocividade do trabalho desenvolvido pelos operários italianos, apoiados por técnicos militantes, no final dos anos 1960, que terminou se transformando num passo importante para a implantação do Sistema Nacional de Saúde, como parte da Reforma Sanitária Italiana e que terá

influência sobre técnicos e dirigentes sindicais brasileiros atuantes em Saúde do Trabalhador^{xviii,11}.

Assim, para se entender a emergência da área Saúde do Trabalhador (ST), como prática teórica (geração de conhecimentos) e prática político-ideológica (superação de relações de poder e conscientização dos trabalhadores), é necessário colocar que ele surge junto ao amadurecimento do processo de industrialização e à forma que este assume na América Latina, nos anos 1970, com o surgimento de uma classe operária industrial urbana^{xix,9}.

A organização dos trabalhadores, o envolvimento da rede de saúde pública nas ações de atenção à saúde que apreende as relações trabalho-saúde mediante a categoria processo de trabalho, constitui o cerne da abordagem em ST, resgatando o social para embasar saberes e práticas em saúde⁹.

A participação de 100 mil pessoas, em todo país, nas discussões preparatórias da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador pode representar um alento para os que militam no campo. A realidade vivida deve levar a pensar nos limites hoje existentes para um maior avanço das conquistas em ST. Ao avaliar a situação dos protagonistas anteriormente assinalados, observa-se que, se nos anos 80, os PST contavam com importante participação/controle social, hoje a fragilidade dos sindicatos de trabalhadores e a nova configuração do mundo do trabalho com o desemprego e o subemprego são fatores que dificultam esta participação, na medida em que os órgãos sindicais não mais representam o mundo do trabalho¹⁸.

Enfim, no que se refere às resoluções emanadas da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador^{xx}, que espelham formulações dos vários atores sociais envolvidos, pode-se notar que ratificaram resoluções que apenas reiteram o tema central da Segunda Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (Ministério da Saúde, 2002) realizada há 14 anos.

No ano de 1994 foi proposta uma Política [Nacional] de Saúde do Trabalhador, onde foram recuperadas algumas formulações propostas pela Saúde Ocupacional^{xxi}, às quais superam a prática da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego agora alçado à forma de atuação também do Ministério da Saúde.

Algumas observações foram elaboradas por Lacaz⁹, que ressalta alguns pontos das resoluções tomadas na referida Conferência:

Eleger como prioridade de fiscalização, pelos Ministérios do Trabalho, da Saúde e do Meio Ambiente, o trabalho e as condições do desenvolvimento do trabalho (...) garantir o cumprimento das normas regulamentadoras de segurança e saúde para os trabalhadores do serviço público, (...) priorizando o programa de prevenção de riscos ambientais e o programa de controle médico de saúde ocupacional; (...) transformar os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT (Norma Regulamentadora NR 4 do Ministério do Trabalho e Emprego) em serviços especializados de segurança e saúde no trabalho (...). (Resolução nº. 44, grifos nossos).

Segundo sua análise pode-se perceber uma fragilidade atual do movimento sindical, aliada ao pouco engajamento da academia e ao desenvolvimento de políticas públicas reducionistas. Isto constrói um quadro de retrocesso no campo da Saúde do Trabalhador, que precisa ser combatido a partir do resgate dos pressupostos do campo e da crítica aos reducionismos perpetrados pela Saúde Ocupacional.

3 - O SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO SUA ORIGEM E LUTAS

Ao buscarmos a definição do termo sindicato, percebemos que esta entidade tem como objetivo central a representação dos interesses de uma determinada categoria de trabalhadores. Ao longo da história do Brasil, o Estado, desde o governo de Getúlio Vargas, procurou controlar e domesticar os sindicatos, intervindo na sua vida cotidiana, cassando seus diretores e controlando suas finanças³.

Isso não impediu que os sindicatos oficiais obtivessem certa autonomia e representassem, de forma autêntica, suas categorias. A proibição da criação de sindicatos oficiais de funcionários públicos, tinha por base a idéia de uma neutralidade das estruturas do Estado, pois se ele não era patrão e muito menos adversário dos trabalhadores, de quem eles precisavam se proteger? Então, para que se criar sindicatos?^{xxii}.

Por isso, durante anos, os professores públicos fundaram associações, que por vezes se constituíam sindicatos livres da tutela do Estado, como foi o caso do SEPE-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro) que teve sua legitimação nas lutas cotidianas realizadas pelos educadores do Rio de Janeiro.

O movimento sindical, no seio do funcionalismo público, em especial na categoria dos trabalhadores da Educação (professores), teve o seu início no fim dos anos 70^{xxiii}, já que, até então, os funcionários gozavam, principalmente os professores, de uma situação tranqüila e de segurança material, devido à estabilidade do emprego, além de contar com certo prestígio social.

Deve-se salientar que no início da década de 70, a população começou a buscar com mais freqüência os serviços sociais públicos, como as escolas e os hospitais. Tem-se um aumento do número/contingente de funcionários e dos serviços públicos gratuitos^{xxiv}. Por outro lado, ocorre certo declínio social e perda de *status* no funcionalismo. Restou-lhe, a luta para reconquistar o que perdera. Para que isso ocorresse, era preciso organização e o movimento sindical foi uma saída para tal impasse.

³ Ver entre outros: GOMES, Ângela M. de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 207, quando a autora afirma “As corporações, desta forma, surgem no discurso do Estado-novista como um mecanismo de organização da vida econômica e política do país. Este ideal de “*corporativismo democrático*” brasileiro, ao mesmo tempo em que separava os indivíduos – agrupando-os em diversas categorias profissionais por sindicatos -, reunia-os pela hierarquia global da ordem corporativa”.

Em 1977, foi criada a Sociedade Estadual dos Professores (SEP), que dois anos depois se une à Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e à União dos Professores do Rio de Janeiro (UPERJ). Surge o Centro de Professores do Rio de Janeiro (CEP), que se tornou o referencial da luta e de organização dos educadores fluminenses. Nesses espaços, congregavam-se professores tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio.

Em São Paulo, no ano de 1978, ocorreram inúmeras greves de professores da rede estadual de ensino, abrindo um novo período na luta e na organização dos trabalhadores do setor público. Seguindo o exemplo de São Paulo, os professores do Paraná e de Brasília começam também um movimento grevista. No Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, os docentes só iniciaram esse movimento no ano seguinte (1979). Este fato representou um marco na história do SEP, já que os professores através da elaboração do primeiro Plano de Classificação de Cargos (PCC) conseguiram um aumento no piso salarial equivalente a cinco salários mínimos. Em repúdio à conquista desses profissionais, o então governador Chagas Freitas, manda fechar a entidade⁴.

Esse ato motivou os docentes do Rio de Janeiro a se incorporarem ao movimento nacional de greve. Com isso, este se tornou mais forte e combativo e, nesse novo contexto, a opção pela denominação de trabalhadores da educação se inseriu como ganho da luta ou uma bandeira a se lutar.

Assim, a concepção do magistério como sacerdócio foi cedendo lugar ao entendimento de que o docente é um trabalhador como outro qualquer, que tem um padrão e recebe dele um salário^{xxv}.

Em 1986, o CEP filia-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como novo marco na luta dos docentes, ocorre uma grande greve que reuniu no Maracanãzinho 25 mil professores. Esses trabalhadores conquistaram um plano de carreira que regulamentava o enquadramento por formação.

No ano seguinte, ocorre a greve dos funcionários dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que tinham como luta a sua efetivação no quadro de funcionários públicos estaduais e a melhoria das condições de trabalho. No dia 30 de outubro de 1987 esses funcionários são incorporados ao quadro de funcionários da educação e com isso a entidade passou a se chamar – Centro Estadual dos Profissionais de Educação (CEPE). No ano seguinte, o novo CEPE dirigiu a primeira greve conjunta

⁴ Ver, www.seperj.org.br/, em 20 de janeiro de 2008.

do magistério e dos funcionários administrativos do Rio de Janeiro.

A Constituição Brasileira de 1988 garantiu o direito à sindicalização a todos os funcionários públicos. Devido a isso, os filiados do CEPE, após uma Assembléia Extraordinária decidem pela criação do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE), que logo se une à CUT e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). No início dos anos 90, o SEPE se une à Associação de Orientadores Educacionais do Rio de Janeiro (ASOERJ) e à Associação de Supervisores Educacionais do Rio de Janeiro (ASERJ).

Porém, as políticas de ajustes econômicos dos anos 90 atingem em cheio os setores da educação e saúde pública, aprofundando ainda mais a degradação das condições de vida e de trabalho desses profissionais. Atreladas a essas modificações econômicas, vieram às políticas educacionais, que acarretaram o sucateamento das escolas públicas, a baixa qualidade do ensino, a insuficiência geral de recursos, a desvalorização profissional e a precarização das relações de trabalho.

Foram inúmeras as resistências e as lutas pela valorização profissional lideradas pelos mais variados sindicatos de trabalhadores da educação, principalmente os da rede pública, em todo o país. Dentre as principais bandeiras de luta encontramos: elaboração de um plano de carreira, o piso salarial profissional nacional, a defesa da garantia dos direitos sociais, entre outras. Ao longo de sua trajetória, o SEPE veio se constituindo em uma entidade de defesa dos interesses e anseios dos profissionais da educação.

4 - EDUCAÇÃO FÍSICA: SUA ORIGEM E APLICABILIDADE

INTRODUÇÃO

... Há pessoas que nunca se interrogam
Sobre o que se avista do alto de uma montanha
Ou sobre se é possível lançar o disco
A 100 metros de distância.
Essas pessoas nunca arriscam...

...Há pessoas que nunca tentam
Modificar o que está mal
Ou modificarem-se a si próprias
Essas pessoas nunca arriscam...

...Felizmente
Algumas pessoas
São capazes de arriscar.
(‘Arriscar’, Leif Kristihansson)²⁸.

O que seria a prática da EF, um arriscar constante na busca para conhecer o corpo em movimento? Para responder a esta indagação é preciso percorrer as várias fases do seu desenvolvimento histórico, partindo de uma análise criteriosa do que a EF vem sendo dentro das mais diversas sociedades.

Diferentes definições foram dadas, mas todas carecem de uma teorização mais ampla sobre os fundamentos da EF escolar: EF é educação por meio das atividades corporais; EF é educação pelo movimento; EF é esporte de rendimento; EF é educação sobre o movimento; EF é a atividade que ensina através dos exercícios, entre outras. A que melhor sintetiza esses sentidos é a seguinte:

A Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal^{xxvi}.

O ser humano é um animal diferente. No mundo em que vivemos ele é o único capaz de produzir cultura, já que consegue elaborar e desenvolver idéias, gerando conhecimento, criando padrões de comportamento e transformando os recursos naturais em objetos materiais para o seu uso. Está assim, criando cultura, entendida aqui como sendo o conjunto das ações do homem: suas idéias, conhecimentos, atitudes e realizações, que lhe permite ampliar e aprimorar suas relações com o mundo.

É preciso considerar que não se trata, aqui, do sentido mais usual do termo cultura, empregado para definir certo saber, ilustração, refinamento de maneiras. No sentido antropológico do termo, afirma-se que todo e qualquer indivíduo nasce no contexto de uma cultura, não existe homem sem cultura, mesmo que não saiba ler, escrever e fazer contas. É como se pudesse dizer que o homem é biologicamente incompleto: não sobreviveria sozinho sem a participação das pessoas e do grupo que o gerou.

A cultura é o conjunto de códigos simbólicos reconhecíveis pelo grupo: neles o indivíduo é formado desde o momento da sua concepção; nesses mesmos códigos, durante a sua infância, aprende os valores do grupo; por eles é mais tarde introduzido nas obrigações da vida adulta, da maneira como cada grupo social as concebe^{xxvii}.

Ao longo do seu processo evolutivo e frente a sua fragilidade de recursos biológicos, os seres humanos buscaram e ainda buscam suprir as suas necessidades. Para tal, criaram condições que tornaram os movimentos realizados no dia-a-dia mais eficazes, seja por razões econômicas, relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, ou por razões militares, onde o domínio e uso do espaço conquistado tornaram-se algo muito importante. Pode ter, ainda, uma relação religiosa, que estão presentes nos rituais e nas festas, movimentos que são representações, que ao longo do tempo se transformam e se ressignificam, constituindo-se, assim, no que chamam de cultura corporal^{xxviii}.

Dentre as produções dessa cultura corporal, algumas foram incorporadas pela Educação Física em seus conteúdos: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta. Estes têm em comum a representação corporal, com características lúdicas, de diversas culturas humanas; todos eles ressignificam a cultura corporal humana e o fazem utilizando uma atitude lúdica²⁷.

A EF possui uma função social dentro do espaço escolar, onde a transmissão do saber é algo sistematizado e que foi construído e edificado no interior das relações sociais que surgiram ao longo da evolução histórica da humanidade e que terminaram por deixar um legado cultural.

A idéia de uma cultura corporal amplia o espaço de atuação da EF já que esta passa a integrar, em sua prática cotidiana, a difusão do exercício da cidadania. Isso ocorre no momento em que torna seus conteúdos e as suas capacidades desenvolvidas em produtos socioculturais, o que resulta no desenvolvimento de uma autonomia, numa relação de cooperação, na participação social e na afirmação de princípios e valores democráticos.

Os discentes terminam por desenvolver uma autonomia para monitorar suas atividades cotidianas (aqui entendida como tudo aquilo que existe entorno do indivíduo, ou seja, produtos culturais como escrita, números, hábitos sociais, emprego de conhecimento científico; técnicas, saberes e mentalidades, provenientes de tempos e espaços diferentes) e serão capazes de traçar metas, medir o esforço físico e mental para a realização de determinada atividade. Passam a reconhecer suas potencialidades e limitações, distinguindo até que ponto certas atividades poderão prejudicar seu corpo.

Os alunos ainda precisam perceber e compreender que a prática de desportos não é apenas privilégio ou direito dos atletas ou de pessoas que possam pagar clubes e academias. Espaços disponíveis para a prática do desporto, de atividades lúdicas e de lazer são direitos de todo e qualquer cidadão. Essa tomada de consciência pode ter início nas aulas de EF, onde se desenvolvem as várias modalidades desportivas.

Conhecer o seu corpo e entender o seu desenvolvimento mental e físico faz com que o aluno cultive hábitos de higiene e de alimentação saudáveis e fundamentais para o bom desempenho, não apenas durante as práticas desportivas, mas também na realização de outras atividades. Além de levá-los a entender que possuem direitos sociais fundamentais para a sua sobrevivência em sociedade.

A possibilidade de vivência de situações de socialização e de desfrute de atividades lúdicas, sem caráter utilitário, são essenciais para a saúde e contribuem para o bem-estar coletivo. Sabe-se, por exemplo, que a mortalidade por doenças cardiovasculares vem aumentando e entre os principais fatores de risco estão a vida sedentária e o estresse ²⁷.

A EF, no mundo ocidental, tem pelo menos um século e meio de história, com registros de toda uma tradição e um saber-fazer que busca proporcionar ao educando o acesso às práticas da cultura corporal, oferecendo-lhe os instrumentos e as técnicas necessárias para a sua prática pessoal e social.

Para compreendermos o seu momento atual, se faz necessário considerar as origens de sua prática pedagógica tanto no Brasil, como no restante do mundo, abordando também as principais influências que marcam e caracterizam esta disciplina e os novos rumos que estão se delineando. Pode-se dizer que ela surgiu a partir de necessidades sociais concretas, relacionadas aos mais distintos momentos históricos, o que terminou resultando em diversos entendimentos acerca dessa disciplina.

Em fins do século XVIII, em várias escolas da Europa, surgem os chamados exercícios físicos que se caracterizavam na cultura de jogos, ginástica, dança e

equitação. Era o momento da construção e da consolidação de uma sociedade industrializada, onde os critérios de educação se baseavam nos moldes de uma burguesia industrial em ascensão – a sociedade capitalista se consolidava, e nela os exercícios físicos terão um papel de destaque²⁸.

Cria-se um novo modelo de homem, onde a agilidade, a força e o espírito empreendedor deveriam imperar. A riqueza produzida por essa nova sociedade estava centrada nas mãos de poucos, em contrapartida a miséria assolava a vida da maioria da população, responsável por produzir toda essa riqueza⁷.

A mola mestra do sistema capitalista encontrava-se e ainda se encontra na força de trabalho, ou seja, o homem-operário termina por vender sua força física, em troca de um salário recebido no final de sua jornada de trabalho. Nessa chamada “sociedade livre”, o homem vende sua força de trabalho como uma mera mercadoria.

Visto como uma mercadoria valiosa, o trabalho físico em fins do século XVIII e início do XIX, na Europa, ganha atenção e preocupação por parte das autoridades estatais. O Estado e também os donos das fábricas passam a incutir na cabeça dos trabalhadores a necessidade de cuidar bem do corpo, tanto com atividades físicas como na mudança de hábitos de higiene, tais como: tomar banho, lavar as mãos, escovar os dentes, cuidado nas relações sexuais e com os vícios como o álcool e o fumo⁷.

Os exercícios físicos, então, passaram a ser entendidos como “receita” e “remédio”. Julgava-se que, através deles, e sem mudar as condições materiais de vida a que estava sujeito o trabalhador daquela época, seria possível adquirir o corpo saudável, ágil e disciplinado exigido pela nova sociedade capitalista. É preciso ressaltar que, em relação às condições de vida e de trabalho, passado mais de um século, esse quadro pouco se alterou em países como o Brasil²⁸.

Cuidar do corpo torna-se algo de extrema importância e de grande responsabilidade social, já que a força de trabalho era a grande fonte de lucro dessa nova sociedade. Correspondendo aos interesses da burguesia industrial, as práticas pedagógicas de EF passam a ser utilizadas nas escolas.

Na Alemanha, no século XIX, surgem as Escolas de Ginástica que são difundidas em outros países da Europa, chegando até a América. Elas passam a pressionar a inclusão da ginástica, considerada como EF, no ensino formal de todos os países. Deve-se esclarecer que a ginástica praticada nessas escolas não se destinava

diretamente a uma população escolar, por isso a necessidade de realizar adaptações. Assim, surgem os Métodos Ginásticos, primeiras sistematizações dos exercícios físicos aplicados nas escolas regulares, e que tinham como principais objetivos o desenvolvimento e o fortalecimento da condição física e moral dos indivíduos²⁸.

Esta disciplina ganha status científico respaldando-se nas Ciências Biológicas, o que sustenta o conteúdo de ensino presente nos Métodos Ginásticos, baseados em séries de exercícios criados a partir dos critérios rígidos presentes nas disciplinas científicas do século XIX. Isto confere à EF um caráter de cientificidade, que lhe vem assegurar uma posição de respeito dentro do sistema educacional^{xxix}.

No desenvolvimento do conteúdo da Educação Física escolar, o médico, e mais especificamente o médico higienista, tem um papel destacado. Esse profissional passa a ser um personagem quase indispensável, porque exerce uma “autoridade” perante um conhecimento de ordem biológica por ele determinado. Esse conhecimento vai orientar a função a ser desempenhada pela Educação Física na escola: desenvolver a aptidão física dos indivíduos²⁸.

Ao longo do século XIX, as aulas de EF eram ministradas por instrutores físicos do exército. Eram usados métodos militares rígidos para manter a disciplina e a hierarquia, que objetivavam manter um vínculo com as classes médicas, determinante no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades e ao seu campo de atuação²⁷.

No Brasil Imperial, a EF instrumentalizava a ideologia Higienista, buscando modificar os hábitos de saúde e higiene da população. Preconizava a educação do corpo para uma vida mais saudável e menos suscetível às doenças. Contudo, havia uma grande resistência por parte da população com relação à prática do trabalho, já que nesse momento a realização de qualquer tipo de trabalho braçal estava associada ao uso de mão de obra escrava, o trabalho que dignificava era o intelectual. Qualquer tipo de ocupação que exigisse a força física era vista com maus olhos. Isso terminou por prejudicar a valorização das práticas de atividades físicas nas escolas²⁸.

Com o advento da doutrina filosófica do Positivismo, essa realidade tomou um novo rumo. A reforma de Couto Ferraz (1851) torna obrigatório o ensino da EF nas escolas da Corte, o que acarretou certos problemas, pois muitos pais não viam essa prática “com bons olhos”. Foi Rui Barbosa (1882) que deu parecer favorável ao Projeto 224 de Leôncio de Carvalho (Decreto Nº 7.247 de 19/04/1879), o qual previa a inclusão da ginástica nas escolas e a equiparação dos professores de ginástica aos das outras

disciplinas²⁷.

A passagem do Império para a República fortaleceu ainda mais as instituições militares que, com o lema Ordem e Progresso, reforçam a idéia de transformar o Brasil em um país de pessoas saudáveis física e mentalmente que pudessem defender a pátria. Isso favoreceu a propagação da prática desportiva não só dentro como também fora das escolas.

A Educação Física que se ensinava nesse período era baseada nos métodos europeus – o sueco, o alemão e, posteriormente, o francês – que se firmavam em princípios biológicos. Faziam parte de um movimento mais amplo, de natureza cultural, política e científica, conhecido como Movimento Ginástico Europeu, e foi a primeira sistematização científica da Educação Física no Ocidente²⁷.

Ao longo da década de 1930, com o advento do processo de industrialização e urbanização e o estabelecimento do Estado Novo, a EF ganhou novos atributos, dentre eles destacamos: o fortalecimento do trabalhador para a melhoria da sua capacidade produtiva e o desenvolvimento do espírito de cooperação em benefício da coletividade.

Em fins dos anos de 1930, com o advento do nazismo e do fascismo, as idéias de eugeniação da raça ganham força. O exército passou a liderar um movimento em prol do “ideal” da EF, que unia a preparação militar e objetivos patrióticos. Os principais temas discutidos passaram a ser os hábitos de higiene e de prevenção de doenças, podiam ser trabalhados dentro do espaço educacional. Esses assuntos foram abordados também nas instituições religiosas e os educadores da Escola Nova e o próprio Estado compartilharam de seus pressupostos durante muito tempo.

Na Constituição de 1937, é que se fez a primeira referência explícita a Educação Física em textos constitucionais federais, incluindo-a no currículo, como prática educacional obrigatória (e não como disciplina curricular), junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais, em todas as escolas brasileiras. Até então, os profissionais que atuavam nas escolas eram oriundos dos quadros das instituições militares e não possuíam uma formação acadêmica. Assim, em 1939 foi criada a primeira escola civil de formação de professores de EF (Decreto-lei nº 1212, 17/04/1939)²⁷.

O fim da Segunda Guerra Mundial coincide com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, e no Brasil chegam novos métodos de prática desportiva. Merecem destaque o Método Natural Austríaco de Gaulhofer e Streicher e o Método da EF Desportiva Generalizada, divulgado por A. Listello. A prática desportiva influenciou

tanto o sistema escolar que não existia mais a idéia do desporto da escola e sim o desporto na escola. Isso estabeleceu uma nova relação entre o professor e o aluno. Surge o professor-treinador e o aluno-atleta²⁸.

Do final do Estado Novo até a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação de 1961, ficou determinada a obrigatoriedade da EF para o ensino primário e médio brasileiro. Após o golpe de 1964, a educação sofreu influência da tendência Tecnicista, existindo o predomínio da neutralidade científica reforçando os princípios racionais e objetivos nas escolas que passam a priorizar os cursos técnicos e profissionalizantes, sendo objetivo principal da educação, a formação de mão-de-obra qualificada.

As aulas de EF passam a ser divididas por sexo. Em 1968, com a Lei N°5540 e a Lei N° 5692, de 1971, a EF teve seu caráter instrumental reforçado sendo considerada uma atividade prática voltada para o desempenho técnico e físico do aluno. Em relação ao âmbito escolar, a partir do Decreto N°69450, de 1971, considerou-se a EF uma atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora a força física, moral, cívica, psíquica e social do educando.

A iniciação esportiva, a partir da quinta série, tornou-se um dos eixos fundamentais de ensino; buscava-se a descoberta de novos talentos que pudessem participar de competições internacionais, representando a pátria. Nesse período, o chamado “modelo piramidal” norteou as diretrizes políticas para a Educação Física: a Educação Física escolar, a melhoria da aptidão física da população urbana e o empreendimento da iniciativa privada na organização desportiva para a comunidade comporiam o desporto de massa que se desenvolveria, tornando-se um desporto de elite, com seleção de indivíduos aptos para competir dentro e fora do país²⁷.

Assim, essa disciplina ganha novamente a função de manutenção da ordem e do progresso. O governo militar passa a investir na prática desportiva pautada nas diretrizes do nacionalismo, na integração e segurança nacional, além de relacioná-la com a melhoria da força de trabalho o que resultaria na concretização do “milagre econômico brasileiro”.

Nos anos 80, o enfoque centrou-se no desenvolvimento psicomotor do aluno tirando da escola a função de promover os desportos de alto rendimento. Essa mudança origina-se na crise sofrida dentro da própria ideologia e no próprio discurso da EF, o que gerou mudanças significativas na política educacional e fez com que essa disciplina, até então direcionada a um determinado segmento escolar, passasse a contemplar

também os alunos da antiga primeira à quarta série e os alunos da pré-escola.

Em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi promulgada, tendo como objetivo a transformação do caráter pedagógico assumido nos últimos anos pela EF, ao explicitar no Art.26, §3º, que ela, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. Logo, a EF deve ser exercida em toda a escolaridade desde o pré-escolar, passando pela primeira à oitava série, como também no ensino médio.

As relações entre Educação Física e sociedade passaram a ser discutidas sob a influência das teorias críticas da educação: questionou-se seu papel e sua dimensão política. (...). No primeiro aspecto, ampliou-se visão de uma área biológica, reavaliaram-se e enfatizaram-se as dimensões psicológicas, sociais, cognitivas e afetivas, concebendo o aluno como ser humano integral. No segundo, abarcaram-se objetivos educacionais mais amplos (não apenas voltados para a formação de um físico que pudesse sustentar a atividade intelectual), conteúdos diversificados (não só exercícios e esportes) e pressupostos pedagógicos mais humanos (e não apenas adestramento)²⁷.

Com a Lei Nº 9.696 de 1º de setembro de 1998, a EF passa a ser regulamentada e ocorre a criação dos Conselhos Regionais. Historicamente, a EF sempre esteve marginalizada do projeto pedagógico escolar, sendo considerada uma disciplina de menor importância para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. A marginalização instituída legalmente como foi descrita neste breve histórico, não caracteriza a única forma de exclusão sofrida pelo profissional de educação física. Ainda hoje, este profissional é excluído do processo didático-pedagógico da escola de diversas formas.

4.1 - SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Enquanto que alguns nada sentem, outros adoecem. Ao mesmo tempo em que o indivíduo resiste a um estímulo considerado mais forte, outro pode sucumbir a um agressor mais fraco³⁴.

De acordo com LacaZ⁹, a preocupação em estudar o impacto do sistema capitalista e da Revolução Industrial no que diz respeito à saúde do trabalhador urbano ganhou um espaço de importância dentro da Saúde Pública, mais precisamente na área de Medicina Preventiva, em fins do século XIX e início do século XX. Assim, o Estado

passa a promover campanhas em prol da saúde e do bem estar dos cidadãos, que são difundidas nos jornais tanto da elite quanto dos operários, representando a união de várias considerações econômicas, políticas, sociais e éticas.

Em fins do século XVIII e início do XIX, o desenvolvimento do capitalismo reforça a perspectiva de socialização do corpo enquanto força de produção, ou seja, este é visto política e socialmente como força de trabalho para ser vendida. Inicialmente, não foi o corpo como força de produção que foi atingido pelo poder médico.

A medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário não foi o primeiro alvo da medicina social, mas o último. Em primeiro lugar o Estado, em segundo a cidade e finalmente os pobres e os trabalhadores foram objeto da medicalização^{xxx}.

Contudo, cabe ressaltar que a preocupação com a saúde da população por parte das nações tem seu início em fins do século XVI e início do XVII, momento do auge das grandes navegações, que ocasionou o contato entre diferentes povos. Porém, apenas na segunda metade do século XIX *“que se colocou o problema do corpo, da saúde e no nível da força produtiva dos indivíduos”*³⁰.

Na Inglaterra, berço da Revolução Industrial ocorreu o desenvolvimento da Medicina Social que tinha como objetivo o controle da saúde da força de trabalho, ou seja, um domínio da saúde e do corpo das classes operárias para torná-las aptas ao trabalho e menos resistentes às decisões das elites sociais. A Medicina do Trabalho surge, nesse momento, como sendo uma especialidade médica que atua diretamente nos locais de trabalho, e deveria manter o bem-estar físico e mental dos operários em um nível elevado. Ao atuarem nos locais de trabalho, os médicos auxiliavam os donos das fábricas no que diz respeito ao controle da força de trabalho, já que restringiam durante o processo de seleção, certos candidatos à vaga de emprego. Era a tentativa de adaptar os trabalhadores às condições de trabalho.

A inexistência ou fragilidade dos sistemas de assistência à saúde, quer como expressão do seguro social, quer diretamente providos pelo Estado, via serviços de rede pública, fez com que os serviços médicos de empresa passassem a exercer um papel vicariante, consolidando, ao mesmo tempo, sua vocação enquanto instrumento de criar e manter a dependência do trabalhador (e freqüentemente também de seus familiares) ao lado do exercício direto do controle da força de trabalho⁶.

Em fins do século XIX e nos primeiros 30 (trinta) anos do século XX, vários foram os fatores que permitiram aos Estados ter um grande controle com relação à força de trabalho dos operários, dentre eles destacamos: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917, a queda da Bolsa de Nova York e o surgimento das doutrinas nazista e fascista. Posteriormente, a Segunda Guerra Mundial e os anos que se seguiram levaram a uma grande aceleração no que tange ao desenvolvimento tecnológico o que levou a uma nova divisão mundial do trabalho.

Nesse novo contexto sócio-político e econômico, o custo provocado pela perda de inúmeros trabalhadores decorrentes dos acidentes de trabalhos e também por doenças do trabalho terminou sendo sentido pelos empregadores, desejosos de mais mão-de-obra, e pelas companhias de seguros que precisavam pagar pesadas indenizações às famílias dos mortos ou aos operários que ficavam inválidos.

Nesse momento, amplia-se a consciência a respeito da necessidade de se manter níveis mínimos de saúde, ao mesmo tempo em que o conceito de saúde deixa de significar simplesmente a ausência de doenças e afecções.

A impotência da Medicina do Trabalho diante desses problemas levanta inúmeras discussões e, assim, percebe-se a necessidade de ampliar a atuação médica sobre os trabalhadores. Para tal, é necessária uma intervenção com um novo olhar sobre o ambiente de trabalho. Há necessidade de interagir com outros ramos do conhecimento e outras profissões. Surge, assim, a Saúde Ocupacional, caracterizada a partir de um traço multi e interdisciplinar, composta por multiprofissionais que focaram seu trabalho na higiene industrial. Surgem os conceitos de “risco” e de “limites de tolerância”⁸.

Em fins da década de 60, o modelo da Saúde Ocupacional passa a apresentar sinais de insuficiência, diante das mudanças sociais que questionam o sentido da vida, o valor da liberdade, o significado do trabalho na vida, o uso do corpo. Colocam-se certos valores em julgamento, o Estado passa a ser questionado e o lado mítico e sagrado do trabalho é deixado de lado.

Nos anos 70, profundas mudanças acontecem nos processos de trabalho. No ocidente, ocorre um intenso processo social de discussões teóricas e de práticas que propõem alternativas e desenvolvem críticas ao modelo médico. A medicalização da sociedade começa a ganhar corpo e também a teoria da determinação social do processo saúde-doença, com destaque para a questão do trabalho.

No Brasil, surge uma nova área, a Saúde do Trabalhador que é desenvolvida no espaço da Saúde Pública, tendo como objeto o processo saúde e doença dos grupos

humanos em sua relação com o trabalho, e que tem como objetivo resgatar o saber dos trabalhadores, questionando as alterações nos processos de trabalho, particularmente a adoção de novas tecnologias, exercitando o direito à informação e recusando trabalhos perigosos ou arriscados à saúde, ou seja, uma nova abordagem que valoriza a necessidade de uma qualidade de vida do trabalhador⁶.

O conceito de saúde passa a ser associado ao de qualidade de vida, e também ao termo longevidade, sugerindo um relativo controle da morbidade e do prolongamento da vida útil e independente do indivíduo.

Partindo desse olhar, buscamos apresentar autores, que em seus trabalhos conceituaram os termos Saúde e Qualidade de Vida. Aqui abordaremos alguns, escolhidos por terem uma visão abrangente do assunto. Os argumentos são trabalhados a partir de^{31, 32, 33, 34, 35, 36}.

Cabe aqui salientar que o termo Qualidade de Vida ganhou destaque à medida que se propagaram estudos considerando o novo paradigma de saúde multidimensional. Afinal, o novo dimensionamento do termo saúde permitiu que preocupações, antes restritas a profissionais ligados à área da saúde curativa, permeassem também o interesse de profissionais da área da saúde preventiva. Logo, as informações sobre saúde se desvinculam dos dados unicamente clínicos e laboratoriais, e começam a aparecer em estudos sócio-econômicos, culturais e comportamentais³².

Ao pensarmos em Qualidade de Vida, por vezes associamos essa idéia a fatores como estado de saúde, longevidade, satisfação pessoal e até espiritualidade. Contudo, de acordo com os autores acima citados, esse conceito é muito mais complexo do que se pensa. Ele é o resultado de uma interação mais ou menos harmoniosa de fatores do cotidiano humano, como a hereditariedade e o estilo de vida (hábitos alimentares, controle do estresse e realização de atividades físicas). Esta pode ser considerada um fator evidente com relação a determinação dos níveis mínimos de saúde³².

A definição de saúde proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS) indica que saúde é – *“estado de completo bem-estar físico, mental e social e não constituindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade”* (OMS,

07/05/1948)⁵. Ela termina por referir-se a uma realidade inatingível, visto que a saúde está constantemente se adaptando às condições de vida. Esta abordagem é corroborada por Serge e Ferraz³⁵, quando analisam o conceito e verificam o grau de subjetividade contido nos termos “perfeito” e “bem-estar”, onde podem estar envolvidos diversos fatores difíceis de serem controlados. Os autores criticam o fato de a OMS fazer a separação dos estados físico, mental e social. Em seus estudos concluem afirmando que, a “saúde é um estado razoável de harmonia entre o sujeito e sua própria realidade”.

Com a perspectiva de avançar no estudo desses conceitos, procuramos incorporar os pensamentos formulados por Canguilhem³³. Para ele, saúde termina sendo um conceito vulgar, no sentido de que esta pode estar ao alcance de todos. Ela não pertence a uma ordem de cálculos, ou seja, não é resultado de trabalhos comparativos ou leis que a dirijam. Ao analisar a relação de saúde e doença, conclui:

A saúde é a vida no silêncio dos órgãos; que, por conseguinte, o normal biológico só é revelado, como já dissemos por infrações à norma, e que não há consciência concreta ou científica da vida a não ser pela doença... O normal não é uma média correlativa a um conceito social, não é um julgamento da realidade, é um julgamento de valor, é uma noção-limite que define o máximo de capacidade psíquica de um ser. Não há limite superior de normalidade³³.

De certa forma, a saúde é vista como um fenômeno onde as referências à dor ou ao prazer estão presentes, e não são vistas apenas como objetos que se vinculam à saúde como um funcionamento do corpo, como um mecanismo propriamente dito. Ele introduz o conceito de “corpo subjetivo”, o que não significa uma oposição ao saber científico, mas sim um reconhecimento da saúde como verdade do corpo. Pensa o conceito de saúde em termos de margem de segurança ou tolerância, onde a saúde deficiente é aquela em que a margem de tolerância é reduzida. Se considerarmos a doença como uma espécie de norma biológica, o estado patológico não pode ser chamado de anormal em sentido absoluto, mas apenas na relação com uma situação.

Reciprocamente, ser sadio e ser normal não são fatores totalmente equivalentes, já que o patológico é uma espécie de normal. Ser sadio significa não apenas ser normal numa situação determinada, mas ser também normativo, nessa situação e em outras situações eventuais. O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas³³.

⁵ Ver, www.omsbrasil.com.br, em 01 de março de 2008.

Aqui, saúde é entendida como referência a formas de enfrentar novas situações, com base na margem de tolerância ou de seguridade que cada um possui para enfrentar e superar as dificuldades do meio. Canguilhem³³, de certa forma, explicara antes o que Dejours³¹ depois disse a respeito da dificuldade de se falar sobre saúde, na medida em que, para se explicar a mesma, utiliza-se a doença. Ele ressalta, ainda, que a vida é uma atividade normativa e que o ser humano está sempre buscando reagir ao meio, isto é, *“a vida não é indiferente às condições nas quais ela é possível, (...) a vida é polaridade e, por isso mesmo, posição inconsciente de valor”*³¹.

Canguilhem³³ entende a saúde como expressão do corpo, um produto, na medida em que sua capacidade de inserção em certo meio, modo de vida imposto ou escolhido, contribui para moldar certo fenótipo (capacidade de modificar sua estrutura morfológica para chegar a singularidade de sua capacidade). Ou seja, a saúde além de corresponder a um fator biológico, também é fruto de um modo de vida.

Compreende-se que, para o homem, a saúde seja um sentimento de segurança na vida, sentimento este que, por si mesmo não se impõe nenhum limite. A palavra *valere*, que deu origem a valor, significa, em latim, passar bem. A saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais³³.

O limite entre doença e saúde é único, mesmo que influenciado por planos que ultrapassem a base individual, como por exemplo, o cultural e o sócio-econômico. Em última instância, a influência desses contextos dá-se a nível individual. Isso é observado na medida em que há diferentes respostas por parte de um grupo socioeconômico e cultural, diante de um mesmo estímulo³⁴.

Pensando assim foi que Coelho & Almeida Filho³⁴ estudaram a epistemologia de Canguilhem e Foucault sobre saúde. Eles terminam por a distinguirem em três níveis – primário, secundário e terciário. A primeira corresponde ao padrão científico de saúde considerado como universal, a posterior se caracteriza como sendo padrão do senso comum de um dado grupo social. E por último:

A saúde terciária, por seu turno, corresponde à expressão singular das novas normas instituídas pelo indivíduo, que podem ser de naturezas diversas, envolvendo os signos e os significados individuais e diferenciados de saúde. A relação da saúde com a cultura não se restringe à obediência irrestrita das normas³⁴.

Os autores concluem que uma proposta de saúde pública não deve se “constituir em mais um instrumento médico de imposição ativa de valores e normas à população”³⁴. E que é no âmbito individual que a influência dos contextos sócio, político, econômico, histórico e cultural acontece.

Já Dejours³¹ compartilha da crítica feita por Serge e Ferraz³⁵, onde apontam que o conceito de saúde definido pela OMS é considerado inatingível. Ao contrário, a saúde deve ser um objetivo a ser atingido. Procuramos nos aproximar de um estado de bem-estar e este não é estável. Uma vez atingido, deve ser levado em conta para que possa ser mantida a fisiologia, a psicossomática e a psicopatologia do trabalho. A primeira diz respeito ao funcionamento do organismo; a segunda está relacionada à influência do estado psíquico, “o que se passa pela cabeça e o funcionamento do seu corpo”, e a terceira é diretamente influenciada pelas questões relacionadas às condições e organização do trabalho. Por condições de trabalho entende-se o ambiente (temperatura, condições biológicas, som, qualidade do ar, etc.) e por organização (a divisão das tarefas, o conteúdo do trabalho, a divisão dos homens e as relações que mantêm entre si)³³.

Em seu estudo, Brinceño-León³⁶ buscou entender a saúde como sendo a síntese da biologia, das condições ambientais e das relações sociais, políticas e econômicas. Para ele, nunca há uma saúde completa, nem física e nem mental. A idéia de completude é sempre ingênua, pois ocorre constantemente a falta de uma delas, impulsionando o movimento, a superação das pessoas e da sociedade.

Minayo & Hartz³² nos trazem uma excelente contribuição para a tentativa de definição de qualidade de vida, com base em diversas definições e medidas para realizar um debate necessário sobre o tema. Citam diversos indicadores mundiais e nacionais utilizados para determinar o nível de qualidade de vida, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Condições de Vida (ICV). Questionários como os da OMS também são discutidos nesse estudo, desenvolvido no Brasil a partir do IDH para verificar as peculiaridades dos municípios.

A OMS define a qualidade de vida como uma percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores em que vive, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações³⁶.

Já para Minayo & Hartz³², Qualidade de Vida é:

Uma representação social criada a partir de parâmetros subjetivos (bem-estar, felicidade, amor, prazer, realização pessoal), e também objetivos, cujas referências são a satisfação das necessidades básicas e das necessidades econômico e social de determinada sociedade³².

As autoras relatam, também, a tendência de conceituar a qualidade de vida, através apenas do campo biomédico e econômico. Desconsiderar os outros aspectos envolvidos pode levar a incorrer em erros, fazendo com que as políticas públicas não tenham sucesso em propiciar qualidade de vida à população.

Esta discussão em torno da saúde e da qualidade de vida demonstra a necessidade da abordagem ampla dos estudos. Realizar pesquisas que não tenham essa amplitude pode acarretar erros que são determinados pela fragmentação do saber, muito utilizada pelo paradigma hegemônico^{xxxi}.

4.2 - A SAÚDE DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

As inúmeras transformações sofridas pelo mundo do trabalho desde o século XIX até os dias de hoje acarretaram e acarretam uma deterioração na qualidade de vida, nos diversos âmbitos do trabalho humano. Segundo Heckert et al³⁸:

Vivemos hoje sob o argumento de uma modernização desejada e/ou “inevitável” que almeja a inserção de nosso país na globalização. Nesse cenário, entrelaçam-se: mundo globalizado, capitalismo mundial integrado, produção de novas tecnologias, aceleração vertiginosa de produção, de relação com o mundo, dos sentidos de trabalho e de trabalhador, outras relações entre os humanos, assim como acirramento de desigualdades sociais³⁸.

A globalização não é um fenômeno atual. Ela está ligada ao sistema capitalista e compõe um dos fatores que estimula o processo competitivo, que ultrapassa as fronteiras nacionais desde sua origem no século XV. Hoje, ela está caracterizada pela ampliação de sua escala de atuação, que se baseia nas inovações tecnológicas e organizativas presentes dentro das políticas neoliberais.

Logo, as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais oriundas do processo de globalização se refletem na reestruturação e na reforma dos sistemas

educativos, o que diretamente interfere no quadro docente, no trabalho que desempenham, nas relações profissionais e sociais e nas interações pessoais que estabelecem.

A escola precisa se ajustar a esta realidade, postulando uma educação e formação profissional que crie um “novo trabalhador” – flexível, polivalente, moldado para competitividade. Diante das mudanças no mundo do trabalho, e da crise estrutural do emprego, por vezes não se pensa em formar para o posto de trabalho, mas para a empregabilidade.

Na tentativa de dar conta das necessidades impostas pelo capitalismo neoliberal, a escola está sendo convertida em um mercado, onde a educação acaba sendo reduzida a um bem de consumo.

A crise no sistema educativo terminou por produzir novos desafios aos docentes, diante da rapidez das novas demandas sociais. Os profissionais da educação, principalmente os professores, sofrem exigências de posturas requeridas pela sociedade, como problemas relativos aos recursos materiais e humanos. Modificações no contexto social das últimas décadas alteraram significativamente o perfil do professor e as exigências pessoais e do meio em relação à eficácia de sua atividade.

Os professores da rede pública, nos últimos anos, sofrem uma grande intensificação de sua jornada de trabalho. Além das funções habituais, outras terminaram lhes sendo embutidas, o que contribui para um excesso das funções fixadas. Dentre elas, destacamos o preenchimento de relatórios referentes à avaliação do desempenho dos alunos, o aumento de horas/aula dos professores, o aumento do número de alunos por turma (uma média de 30 a 50 alunos), o que exige um grande esforço no controle da turma, gerando problemas relacionados com a fala, fora uma sintomatologia de ansiedade, depressão, apatia e estresse³⁸.

Diante do quadro da falta de qualidade de vida do professor foi que resolvemos pesquisar trabalhos que nos auxiliassem na busca de respostas para essas situações vivenciadas pelos professores de EF. Contudo, terminamos por nos deparar com a falta de literatura científica mais específica acerca da saúde desses profissionais.

Após consultar vários bancos de dados (NUTESSES, CAPES, LILACS, SCIELO, entre outros), foram encontradas apenas três dissertações de mestrado que faziam alguma menção ao estilo de vida e à saúde dos professores de EF, e uma monografia de graduação. Três artigos foram encontrados e serão analisados posteriormente.

Em seu estudo, Oliveira¹ verificou o perfil do estilo de vida dos professores universitários que atuam na área da saúde (o que incluiu o professor de EF) a partir dos fatores biológicos e socioculturais, auto-estima, oportunidade e experiências anteriores. Considerou, ainda, a importância atribuída à atividade física como promoção de saúde e a qualidade de vida.

Ao fazer a análise dos dados, o autor utilizou estratégias confusas e mal organizadas, não interpretando os resultados, mas apenas apresentando-os com poucas relações com a bibliografia, principalmente para os dois primeiros instrumentos. O autor, ao fazer suas considerações finais, verificou que o instrumento utilizado não foi apropriado, o que poderia ter sido evitado se tivesse realizado um estudo piloto. Em relação aos Professores de EF, relata terem apresentado os melhores padrões de qualidade de vida considerando os componentes do questionário, que ele mesmo disse ter sido inapropriado.

O estudo realizado por Souza³⁴ aborda a questão da qualidade de vida dos professores universitários da área biológica em fase de mestrado, evidenciando que há um desequilíbrio entre as necessidades psicofisiológicas e níveis de estresses elevados. A autora associa o quadro à alta competitividade do meio acadêmico.

A investigação feita por Watson³⁵ pautou-se numa pesquisa realizada com 150 Professores de EF^{vi} que atuam em academias (112 homens e 38 mulheres), na faixa etária média de 30,2 anos. Na amostra, verificou-se que a média de carga de trabalho foi de 42,9 horas semanais, com alguns casos chegando a 78 horas. Ao longo da pesquisa observou-se uma excessiva queixa de dores, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais e um alto nível de sofrimento psíquico.

Silva e Daolio³⁶ corroboram essa visão, classificando a “beleza corporal” como um fato social. Dizem também que uma cultura de consumo parece-nos exercer uma forte influência nessa construção de corpos belos, já que divulga uma grande circulação de imagens do consumo com sugestões de prazeres e desejos alternativos. Os autores concluem dizendo que:

Os profissionais atuantes em academias de ginástica, ao atribuírem tais significados às práticas corporais, acabam sendo coniventes com essa lógica

^{vi} O referido trabalho foi orientado por Alexandre Palma, quem vem desenvolvendo junto aos alunos do curso de EF vários estudos acerca dessa temática.

perversa; e o que deveria ser direito de todo cidadão, acaba tornando-se um produto que poucos têm possibilidades de consumir⁴².

O ambiente das academias de ginástica se caracteriza por aglomeração de pessoas e som alto levando aos professores a necessidade de usar a voz inadequadamente. Lacerda, Morata e Fiorini³⁷ realizaram uma pesquisa sobre a pressão sonora em academias de ginástica, encontrando intensidades que variam de 73,9 a 94,2 dB (decibéis) e sugerem presença de elevados níveis de pressão sonora em 66% das aulas avaliadas.

Cabe aqui ressaltar que ao longo da pesquisa não foram encontradas pesquisas sobre a relação saúde/trabalho dos Professores de EF em escolas municipais do Rio de Janeiro.

4.3 - SAÚDE E TRABALHO NA ATIVIDADE DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Quando falamos sobre a condição de saúde do Professor de EF das escolas municipais do Rio de Janeiro, partimos de uma visão integral de saúde no trabalho, com a idéia de que a sua saúde se encontra em íntima relação com a estrutura física encontrada nas escolas em que trabalha, com o seu processo de trabalho, a sua relação com os colegas de magistério e sua representação no âmbito escolar.

Ao investigar a saúde do professor de EF das escolas municipais do Rio de Janeiro, é impossível não levar em conta os aspectos da sua vida fora da sala de aula, como o padrão de consumo, se possuem outros empregos, se têm um descanso adequado, se perdem muito tempo no trajeto para o trabalho, que tipo de transporte utiliza relacionamento interpessoal no trabalho e no convívio familiar, como utilizam o tempo livre, e se realizam trabalho doméstico. Todos esses fatores atuam mutuamente na geração de problemas de saúde, do mesmo modo que os problemas que existem na escola influenciam na saúde do professor e na relação familiar.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) de EF²⁷, atualmente se concebe a existência de algumas abordagens para a EF escolar no Brasil que resultam da articulação de diferentes teorias psicológicas, sociológicas e concepções filosóficas. Todas essas correntes têm ampliado os campos de ação e reflexão para a área e a

aproximado das ciências humanas e, embora contenham enfoques científicos diferenciados entre si, com pontos muitas vezes divergentes, têm em comum a busca de uma EF que articule as múltiplas dimensões do ser humano.

Nas escolas, embora já seja reconhecida como uma área essencial, a EF ainda é tratada de uma forma marginalizada, que pode, por exemplo, ter seu horário deslocado para fora do período em que os alunos estão na escola ou alocados em horários convenientes para outras áreas, e não de acordo com as necessidades de suas especificidades. Algumas aulas ocorrem no último horário da manhã, quando o calor é intenso. Outra situação em que essa marginalidade se manifesta é no momento de planejamento, discussão e avaliação do trabalho, no qual raramente a EF é integrada. Muitas vezes o professor acaba por se convencer da “pequena importância do seu trabalho”, distanciando-se da equipe pedagógica, trabalhando isoladamente. Paradoxalmente, esse docente é uma referência importante para seus alunos, pois a EF propicia uma experiência de aprendizagem peculiar ao mobilizar os aspectos afetivos, sociais, éticos e de sexualidade de forma intensa e explícita, o que faz com que esse educador tenha um conhecimento abrangente de seus alunos. Por essas questões e considerando a importância da própria área, evidencia-se cada vez mais a necessidade de integração com as demais disciplinas²⁷.

Na área da docência, os professores dificilmente se assumem como trabalhadores e a escola como um centro laboral. Entretanto, o trabalho docente é igual a qualquer outro tipo de trabalho, pois permite desenvolvimentos físicos, intelectuais e afetivos, bem como pode ocasionar problemas à saúde dos professores.

Assegurar um nível elevado com relação à satisfação no trabalho é uma excelente forma de melhorar a qualidade de vida desse profissional. Isso pode estar relacionado à percepção do indivíduo com relação ao papel positivo, ou não, das atividades por ele desenvolvidas em seu local de trabalho, e se estas atingem os valores por eles considerados relevantes ao processo educativo.

Algumas das principais preocupações do professor são expressadas pelo desejo de proficiência no trabalho e de crescimento pessoal. Portanto, não seria possível deixar de relacionar estes elementos com o fato dos professores também desejarem ser vistos como profissionais em busca da realização de objetivos. Em outras palavras, a satisfação no trabalho poderia, grosso modo, funcionar como uma contingência entre a interação das experiências no trabalho e os valores pessoais³⁸.

Mas a organização do trabalho dos professores dentro das escolas brasileiras termina por gerar uma falta de motivação, principalmente com relação à precariedade da situação trabalhista. Não falamos apenas com relação ao salário, mas também quanto ao espaço utilizado para ministrar as aulas e à falta de recursos tecnológicos³⁹, onde o que prevalece são as improvisações e os pequenos ajustes no dia-a-dia escolar, que terminam por resultar num serviço de baixa qualidade.

Não obstante, a simplificação do ato pedagógico pelos professores conduz muitas vezes, a uma percepção equivocada da distância entre o ideal acadêmico, os ideais acerca da escolarização e o processo que realmente ocorre na prática. Isso diminui ainda mais a possibilidade dos indivíduos exercerem atividades compatíveis com a preparação profissional que lhes foi oferecida⁴⁴.

Entre os profissionais da EF essa discussão começa a extrapolar o espaço da sala de aula, e ganha um lugar de destaque nos congressos, simpósios e seminários, onde ficam registradas as insatisfações existentes com relação à prática dessa disciplina no âmbito escolar. A EF Escolar torna-se alvo de várias críticas, existentes desde a década de 80, principalmente com relação ao seu papel na escolarização. Para alguns estudiosos, as raízes desse problema encontram-se nas práticas pedagógicas e profissionais acríticas ou tecnicistas, onde a reflexão pedagógica foi posta em segundo plano. Parte das críticas também estão relacionadas com os aspectos políticos e sociais, pertinentes à época em que essas teorias foram elaboradas.

Outras questões são discutidas ainda por esses autores e estão presentes nessa discussão, que teve seu início nos anos 80:

a) a diminuição de interesse profissional pela área escolar; b) a discussão enquanto ramo pedagógico da disciplina acadêmica, Motricidade Humana ou Cinesilogia; c) a coerência de sua nomenclatura; d) a possibilidade de sua relação com a Corporeidade e a Fenomenologia; e) enquanto tema integrativo de pesquisa, com aplicação para preparação profissional⁴⁴.

4.4 - ASPECTOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO

Ao mesmo tempo em que o trabalho é estruturador, sendo via de construção de identidade, satisfação, prazer, riqueza, bens materiais e serviços à sociedade, pode ser também um elemento patogênico ao ser humano, quando significando escravidão, exploração, sofrimento, doença e morte⁴⁰.

A organização do trabalho pode exercer um grande impacto sobre o aparelho psíquico do indivíduo. Tal impacto pode ser entendido como a resultante de um conflito entre história individual, esperanças e desejos e uma organização do trabalho que os ignora. Para lidar com a ansiedade provocada por esta situação, os trabalhadores elaboram “sistemas defensivos”, que podem ser individuais ou coletivos. Estes sistemas, segundo Dejours, Abdoucheli e Jayet⁴⁶, correspondem às formas de defesa erguidas contra conflitos formados a partir da constatação de uma realidade de trabalho percebida como perigosa.

Para Giongo⁴⁷, o trabalhador, independente da posição hierárquica que ocupe em uma organização, convive com uma série de incertezas, como a insegurança no emprego. De algum modo, isto vai ter como efeito fazer com que o próprio sujeito se encarregue de tal tarefa, produzindo um imaginário em torno do que pode vir a garantir sua permanência, o que se traduz no cumprimento das demandas do trabalho. Sobre essas demandas, vem a meta principal das organizações, a produtividade. Portanto, o trabalhador está sujeito a um conflito constante entre as suas aspirações pessoais e as da empresa onde trabalha.

Em geral, o valor dos profissionais é também medido pela rapidez que podem prestar um serviço, ou apresentar um produto finalizado. O tempo vem como uma medida para se calcular a produtividade e muitas vezes os limites físicos não são respeitados⁴⁷.

Um ambiente de trabalho envolve inúmeros fatores externos e internos, que interferem direta ou indiretamente nos processos psíquicos gerando, ou não, tensão, conflitos ou satisfação e motivação.

A relação do homem com o trabalho tem muitos efeitos concretos sobre a saúde. Encontramos às vezes respostas subjetivas, em absenteísmos, acidentes de trabalho, greves, entre outros, onde o trabalhador busca indiretamente, uma descarga desta tensão psíquica. Por vezes, a relação entre subjetividade e trabalho fomenta respostas negativas do corpo humano gerando doenças e incapacitando o trabalhador.

Segundo Dejours, Abdoucheli e Jayet⁴⁶ é necessário ao trabalhador submetido a excitações, sejam externas ou internas, vias de descarga de energia. Quando uma excitação se acumula, ela se torna a origem de uma tensão, denominada tensão psíquica ou popularmente tensão nervosa. Quando a via mental e motora estão

fora de ação, a energia pulsional (instintiva) não pode ser descarregada senão pelo sistema nervoso autônomo e pelo desordenamento das funções somáticas.

A angústia e a emoção são sensações psíquicas que possuem traduções somáticas como aumento na pressão arterial, tremores, poliúria e fadiga muscular. Por essas, entre outras observações clínicas, é possível notar que há uma relação entre os aspectos psíquico e somático.

A relação entre a organização do trabalho e o trabalhador pode ser a origem da carga psíquica do trabalho. Uma organização autoritária tende a não oferecer saída apropriada à energia pulsional, o que por sua vez tende a aumentar a carga psíquica. A fadiga também é correlacionada à questão específica da sobrecarga de trabalho, que atinge um ou outro dos aspectos psíquico e somático. Esse princípio de difusão é válido nos dois sentidos: a carga psíquica pode ter traduções viscerais ou musculares. Dessa forma para compensar uma fadiga física, o aparelho psíquico também contribui, através da vontade, por exemplo, a tal ponto que finalmente não exista fadiga somática que não tenha simultaneamente uma tradução psíquica⁴².

Delcor et al⁴³ identificaram uma alta prevalência de distúrbios psíquicos entre os professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista – BA, além de muitas queixas relativas aos problemas na voz, na postura, entre outros.

Em estudo realizado com professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista – BA⁴⁴ relata-se que as queixas mais frequentes dos professores são dores nas costas e pernas; cansaço mental e nervosismo; calos nas cordas vocais; distúrbios psíquicos; trabalho repetitivo; insatisfação no trabalho; ambiente intranquilo e estressante; desgaste na relação professor-aluno; ritmo acelerado de trabalho; pressão da direção; entre outros. Percebe-se, portanto, os conflitos aos quais estão sujeitos os professores.

Para Kuenzer⁴⁵, o trabalho do professor é não-material, onde não é possível separar o produtor do produto. Segundo a autora, esta característica não-material gera um maior sofrimento, pois o professor jamais se reconhece no produto.

A autora indica que estes aspectos do trabalho não-material aliados às condições precárias, ao medo de perder o emprego e ao estresse, podem causar a

síndrome da desistência (*Burnout*^{vii}), distúrbio que envolve o esgotamento emocional, a falta de envolvimento pessoal no trabalho, o desenvolvimento de atitudes negativas no trabalho.

Em seus estudos, Santini e Molina Neto⁴⁶ organizaram as conseqüências do *Burnout* em quatro grupos: 1) Físicas - fadiga constante e progressiva, insônia, dores musculares, enxaqueca, perturbações gastrintestinais, transtornos cardiovasculares, distúrbios do sistema respiratório, disfunções sexuais e alterações menstruais; 2) Comportamentais – irritabilidade, incremento da agressividade, incapacidade de relaxar, dificuldade na aceitação de mudanças, perda da iniciativa, comportamento de alto risco e suicídio; 3) Psíquicas - falta de atenção e concentração, alterações de memória, sentimento de solidão, impaciência, baixa auto-estima, desânimo e depressão; 4) Defensivas - tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, perda do interesse pelo trabalho, absenteísmo, ironia e cinismo.

O estudo foi realizado por eles nas escolas municipais de Porto Alegre, relata que os professores de Educação Física acreditam que a universidade não os prepara para o trabalho no ambiente escolar. Os professores narram que ocorre uma formação técnica e desportivizada, o que diverge das práticas escolares.

Outro aspecto apontado pelos autores é o fato das quadras serem descobertas, sujeitando os professores de EF à condições climáticas adversas. Além disso, muitas vezes o espaço não é suficiente para acolher todos os alunos, o que estimula a desordem e a agressividade, dificultando o controle.

Os professores também afirmam que o fato das aulas serem ministradas em locais abertos os coloca numa situação difícil, pois estes ficam sujeitos à avaliação de outros docentes, de alunos, de pais, funcionários, diretores e coordenadores, correndo o risco de serem mal avaliados por estes, gerando, dessa forma, desconforto e desgaste.

As estratégias defensivas desenvolvidas pelos professores de EF foram o absenteísmo, o distanciamento da atividade docente, restringindo a sua atividade aos conteúdos sem estabelecer relações com os alunos, e a mudança de escola para evitar ambientes desagradáveis.

^{vii} Ver entre outros: ESTEVE, J. M. O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru – SP: EDUCS, 1999, p. 57. Para ele o termo Bournout descreve um ciclo degenerativo da eficácia docente. O “esgotamento” seria como uma conseqüência do mal-estar docente”.

Com respeito à valorização socioeconômica, deve-se reconhecer que, como regra, também em outras partes do mundo existe a tendência do professor ser mal remunerado, o que coloca a profissão em flagrante contradição: de um lado, o discurso sobre a importância da educação na sociedade e na vida de cada pessoa; de outro, a persistência de baixos salários, que indicariam o contrário. Entretanto, é claro que em países menos desenvolvidos, os salários atingem níveis absurdos, e colocam o professor entre os profissionais mais mal pagos⁴⁷.

É possível observar também que muitas escolas públicas se encontram em más condições físicas: prédios mal conservados, paredes pichadas e sujas, pátios mal iluminados, quadros-negros destruídos, mobiliários sem manutenção, banheiros feios e sem condições de higiene são algumas das evidências da desvalorização da escola e do público, de maneira geral. A negligência na manutenção dos prédios escolares é mais um sinal de descaso que o Estado tem para com quem usa as escolas e com quem lá trabalha⁴⁸. A falta de estrutura também ocorre no espaço destinado à EF, pois um grande número de escolas não possui quadras esportivas e vestiários adequados e quando têm, estes estão em péssimo estado de conservação. O material destinado a esta atividade geralmente é escasso ou se encontra em péssimas condições de uso.

As causas da violência na escola, assim como na sociedade em geral, são múltiplas e complexas. Uma pesquisa realizada nas escolas públicas do Grande Rio por Candau, Lucinda e Nascimento⁵⁴ observaram que a maioria dos professores entrevistados considera que a violência está mais presente nas escolas, hoje, que em outras épocas e afirma já ter vivenciado situações de violência no cotidiano escolar. Estes profissionais apontam ainda que, além destas situações por eles vivenciadas, a violência entra no espaço escolar e, em especial, na sala de aula através dos diversos relatos de situações de violências urbanas vividas ou presenciadas pelos alunos.

No que se refere à EF, percebe-se uma exarcebação da violência devido às características intrínsecas da própria disciplina, como o contato corporal, a competição, as diferenças físicas e de gênero, a quantidade excessiva de alunos por turma, o que dificulta o controle por parte dos professores, propiciando atos de violência entre alunos e entre alunos e professores.

5- ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesse trabalho pretendemos estabelecer uma relação contínua entre a pesquisa bibliográfica e a investigação de campo, de modo a alcançar os seguintes objetivos: sistematizar os dados sociodemográficos e os aspectos gerais da profissão e atividades profissionais fora do magistério; descrever o ambiente das escolas municipais escolhidas em termos da infraestrutura operacional, do perfil dos alunos e das relações desses profissionais com os demais docentes e os outros funcionários que atuam nas escolas; analisar o seu cotidiano em termos das atividades ligadas à escola e outros aspectos do seu dia a dia, interpretando os depoimentos sobre os fatores aos quais atribuem seus problemas de saúde e as possíveis relações entre sua atividade profissional e a saúde.

A presente pesquisa baseada em entrevistas semi-estruturadas, pretende compreender a relação entre saúde e trabalho nos professores de EF de escolas municipais do Rio de Janeiro, objetivando elucidar a visão dos docentes em relação ao trabalho exercido nas escolas onde trabalham.

As referidas entrevistas^{viii} foram realizadas em apenas 02 (duas) escolas da 3ª Coordenadoria Regional da Prefeitura do Rio de Janeiro (3ªCRE), por ser a coordenadoria onde o pesquisador atua enquanto docente e devido à boa receptividade e compreensão que o mesmo teve ao solicitar a realização do trabalho. Dentre um universo de 118 escolas que compõem essa coordenadoria, em apenas 02 escolas obtivemos permissão, por parte da Direção da Unidade Escolar, para a realização das entrevistas.

Após uma reunião com as respectivas Direções das Unidades Escolares iniciaram-se as visitas que objetivaram um primeiro contato do pesquisador com a estrutura física, funcional e pedagógica das escolas. Nas observações, caminhamos pela unidade tendo como objetivo ter uma visão geral do local de trabalho, informando-nos do que acontecia naqueles ambientes de trabalho; em que tipo de espaço e região as escolas estavam localizadas, as condições materiais e a movimentação de alunos e funcionários no entorno e dentro das escolas.

^{viii} Anteriormente foram aplicadas 03 (três) entrevistas pilotos que serviram de teste para avaliar o instrumento de coleta de dados e, através das mesmas, pode-se reestruturar algumas perguntas. Cabe nesse momento ressaltar que não houve restrição prévia ao gênero, à idade, à escolaridade e ao tempo de exercício do magistério dos entrevistados. Acreditamos, assim, abarcar um grupo heterogêneo de entrevistados.

Através das mesmas pode-se perceber até que ponto vai a preocupação e envolvimento dos profissionais^{ix} com questões diretamente relacionadas à escola onde trabalham, as questões salariais, a preocupação com sua saúde e sua qualidade de vida no trabalho.

Compreender as diferenças entre o trabalho prescrito, que corresponde aos objetivos fixados ao trabalhador pela Equipe Técnica Pedagógica e Secretaria Municipal de Educação, e o trabalho real, que corresponde àquelas atividades que o trabalhador desenvolve para atender aos objetivos gerais definidos pelas tarefas prescritas, parece-nos ser um caminho para desvendar um pouco mais sobre o universo do trabalho do professor de EF, buscando entender como lidam com as variabilidades, estabelecem regulações e de que forma estas implicam em conseqüências para o desempenho e para a saúde desse profissional.

De acordo com Minayo⁴⁹ a metodologia, em si, inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo de pesquisador.

Diferentemente dos outros professores regentes que atuam com alunos do 1º segmento (antigas turmas de Educação Infantil até a 4ª série) ou com alunos do 2º segmento (antigas turmas de 5ª série até a 8ª série), os docentes de EF trabalham com todos os alunos (desde a Educação Infantil até a 8ª série), o que lhes faculta um olhar diferenciado com relação aos discentes.

Na primeira fase do trabalho foi feito um levantamento de dados junto às duas escolas da rede municipal do Rio de Janeiro. As escolas trabalhadas receberam codinomes, evitando possíveis constrangimentos. Localizadas no bairro de Inhaúma e Bonsucesso, as escolas AV e VS encontram-se sob a administração da 3ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação).

A 3ª CRE engloba os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal do Rio de Janeiro situados nos bairros da Abolição, Bonsucesso, Cachambi, Del Castilho, Encantado, Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Higienópolis, Inhaúma, Jacarezinho, Jacaré, Lins de Vasconcelos, Maria da Graça, Méier, Piedade, Pilares, Ramos, Riachuelo, Rocha, Sampaio, Todos os Santos, Tomás Coelho e Água Santa. Somam-se aí um total de 118 escolas. O fato desses bairros, que

^{ix} Cabe aqui salientar que colocamos como profissionais não apenas os professores em geral, mas também a equipe da direção, a coordenadora pedagógica, a professora da sala de leitura como todo o corpo de funcionários.

compõem o espaço geográfico da 3ª CRE, terem uma grande concentração de escolas (sejam elas públicas ou privadas), propicia aos professores que trabalham nesta região uma maior facilidade de deslocamento, possibilitando o acúmulo de dois ou mais locais de trabalho. Cabe aqui destacar a boa receptividade dada a esse trabalho pela equipe da Direção da CRE, como também por parte das Diretoras das duas Unidades Escolares.

Antes de chegar às escolas houve um contato com a 3ª CRE que nos forneceu a relação de algumas escolas que se encaixavam no perfil da pesquisa^x. Após alguns contatos, através do telefone, com a direção das unidades escolares, foi feita a seleção das escolas a serem trabalhadas. A partir daí agendou-se um dia para uma conversa com as diretoras no qual foi mostrada, da maneira mais objetiva possível, a pesquisa. Assim, o acesso aos docentes nos foi permitido. Houve uma reunião inicial com todos os professores de EF envolvidos quando o trabalho de pesquisa foi apresentado. Na medida em que os docentes demonstravam interesse, as entrevistas começaram a ser realizadas.

O contato com os professores levou em conta os procedimentos recomendados pela Resolução Nº. 196/96, relativa aos aspectos éticos das pesquisas com seres humanos. O anexo 02 apresenta o termo de consentimento livre e esclarecido por nós utilizado. No contato com os docentes, houve o cuidado em esclarecer que se tratava de um trabalho de campo para uma pesquisa de mestrado, que não tinha relação com a Direção da escola ou com a Prefeitura do Rio de Janeiro e que havia sido autorizada a presença do pesquisador nas instalações da escola. As entrevistas foram realizadas nas salas dos professores. Esse trabalho foi feito no início dos turnos ou no horário de recreio.

Nas duas escolas pesquisadas no momento em que os professores estavam ministrando suas aulas, pude observar que os locais eram inadequados para a realização das aulas de EF. A quadra de esportes inadequada, sem as medidas possíveis para qualquer atividade desportiva e na falta de outro espaço para a EF o pátio na frente da escola era utilizado.

Assim, a aula era freqüentemente interrompida pela passagem de professores, funcionários, responsáveis de alunos e outras pessoas, demonstrando um total desrespeito com o trabalho do docente.

^x Os critérios utilizados: um número razoável de docentes de EF (existem escolas com apenas um professor de EF); escolas com turmas de Educação Infantil até o 2º Ciclo (antigas turmas de jardim até as 4ª séries do Ensino Fundamental) e com direções receptivas ao trabalho proposto pela pesquisa.

Cabe destacar que na escola AF é utilizado como sala de aula um espaço lateral: um corredor medindo aproximadamente 100m de comprimento por 3m de largura, com piso totalmente áspero e irregular, destinado à passagem de automóveis, e por vezes os professores de EF eram obrigados a ficarem em salas de aula devido a algum evento na quadra ou no pátio, como aniversário de alunos e professores, reuniões gerais e datas festivas.

Apesar de todas essas divergências pudemos ainda, observar o quanto os professores de EF são queridos pelos alunos, pois a cada turma que chegava a alegria e a emoção eram intensas nesse encontro.

A presente dissertação é um estudo exploratório e qualitativo, considerando a importância de compreendermos o contexto específico coletando dados sociodemográficos, informações sobre aspectos gerais da profissão, sobre o ambiente e organização do trabalho nas escolas municipais, bem como em relação às atividades de trabalho, ao cotidiano do professor e às relações entre o salário, lazer, compensações na carreira de professor e fatores gerais e do trabalho aos quais o docente atribui seus problemas de saúde. Utilizou-se como referência básica a própria organização estruturada pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, definindo como “universo” a 3ª CRE.

5.1 – A CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO PARA A COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Nessa pesquisa utilizamos a entrevista semi-estruturada, visando coletar informações sobre perfil social, econômico e cultural do professor, além de fazer uma escuta qualitativa, sobre o tema central da pesquisa, a relação entre trabalho e saúde.

As informações obtidas referem-se também a relações pessoais e profissionais, jornada de trabalho e questões salariais. Não houve, ao longo da estruturação da entrevista, a preocupação em destacar a questão do processo educativo em si.

Para a construção desse instrumento foi extremamente importante o contato e as conversas preliminares com vários docentes da disciplina (fase exploratória), já que isso permitiu uma reflexão maior sobre a situação investigada.

A elaboração da entrevista seguiu dois momentos distintos: 1) montagem de uma entrevista-piloto que foi aplicada em 03 (três) profissionais; 2) a partir de sua análise, a estruturação da entrevista final, que contou com a participação de 07 (sete) professores que atuam nas escolas selecionadas.

Além da utilização desse material, foi realizado um levantamento bibliográfico visando obter um quadro de análise de informações acerca da relação entre trabalho docente e saúde sob várias perspectivas.

A partir de abril de 2007, teve início à pesquisa propriamente dita. Além das conversas informais com os docentes de EF assistimos as aulas (onde levantamos questões relacionadas à sobrecarga e às várias jornadas de trabalho assumidas, ao desinteresse dos alunos e à desvalorização do papel do professor, não apenas economicamente, mas também socialmente).

A organização geral do instrumento de coleta de dados (Anexo 1A) seguiu a seguinte organização:

1) Identificação e jornada de trabalho → as questões aqui presentes dizem respeito ao perfil sócio demográfico do profissional entrevistado. O objetivo foi identificar o docente a partir de informações ligadas a sua vida pessoal (idade, sexo, situação conjugal, renda mensal), à sua jornada de trabalho (tempo de magistério, situação na escola, carga horária semanal de trabalho, dentro e fora da escola, faixa etária dos alunos com que trabalha e outras atividades profissionais).

2) Ambiente escolar → aqui o objetivo encontra-se na sondagem do ambiente de trabalho docente (a escola). Foram levantados dados sobre a infra-estrutura física (salas de aula e quadras esportivas) e material (bolas, cones, cordas, entre outros), além de sondar como o docente se relaciona no ambiente escolar. Através desse dado, visamos estabelecer uma ligação entre esses aspectos e a saúde do trabalhador, sobre até que ponto sua saúde pode estar ou não sendo prejudicada pelas condições do ambiente de trabalho.

3) Relações no trabalho → as informações aqui obtidas estão ligadas a um aspecto mais subjetivo da relação do professor com o ambiente escolar. São narradas as relações estabelecidas entre ele e os diferentes segmentos que compõem o universo escolar. Não pretendíamos que os docentes narrassem suas atividades cotidianas, mas que dessem sua visão sobre as relações estabelecidas no seu dia-a-dia escolar.

4) Problemas de Saúde → as perguntas feitas nessa parte da pesquisa relacionam-se a problemas de saúde que podem ter origem no ambiente de trabalho, tais

como dores de coluna, problemas nas cordas vocais e de audição. Mais uma vez, baseamos o trabalho em uma questão de ordem subjetiva, isto é, a visão desses profissionais acerca de sua saúde e a relação com o modo como o trabalho está inserido nela.

No final da entrevista, há uma questão na qual pedimos que fosse indicado se esse docente já sofreu algum tipo de violência dentro ou nas proximidades da escola em que trabalha. Nosso objetivo aqui, foi trazer para esse profissional um momento em que pudesse pensar em avaliar sua profissão e, assim, estabelecer conexão com aquilo que o faz continuar na sua lida diária, apesar das dificuldades e dos contratempores existentes no exercício da profissão. O entrevistado ficou livre para falar aquilo que desejasse.

O instrumento foi inicialmente testado e posteriormente adequado (Anexo 1B). Após as entrevistas, o trabalho de agrupamento das respostas seguiu o critério de lotação dos professores de acordo com as escolas às quais pertenciam. Para cada escola foi feito um quadro onde registramos as respostas de forma a obter uma visualização que nos permitiu estabelecer uma comparação e uma melhor análise dos itens respondidos.

Com base nesse quadro, redigimos, para cada parte do instrumento, uma síntese que engloba os itens a serem analisados, com o objetivo de construir uma visão geral daquele ambiente escolar específico. Os dados foram agrupados segundo os objetivos específicos, como apresentado a seguir:

1) O perfil do grupo (dados sociodemográficos e aspectos gerais da profissão): dados relativos ao gênero, idade, situação conjugal, participação sindical e atividades fora do magistério;

2) O professor de EF e seu trabalho nas escolas municipais do Rio de Janeiro: situação em relação à regência de turmas, faixa etária dos alunos, infraestrutura, reuniões pedagógicas, problemas disciplinares, acomodações, equipamentos, postura física, relações de e no trabalho;

3) O Professor de EF, a carga de trabalho e os tempos de lazer: carga horária semanal, número de escolas, número de turmas, número de alunos, planejamento, deslocamento, tempo de almoço, convivência com a família, atividades de folga;

4) O professor de EF e a sua saúde: relações entre o trabalho e a saúde, procedimentos da escola, fatores a que atribuem seus problemas, problemas relacionados à audição, a voz, varizes, respiratórios e psicológicos;

5) O Professor de EF e sua carreira: salário, reconhecimento, relações entre salário e lazer.

Foram garantidos a confidencialidade sobre as informações coletadas e o sigilo sobre a participação. Além disso, participar dessa pesquisa não implicou em nenhum custo e não existiram quaisquer riscos relacionados com a participação.

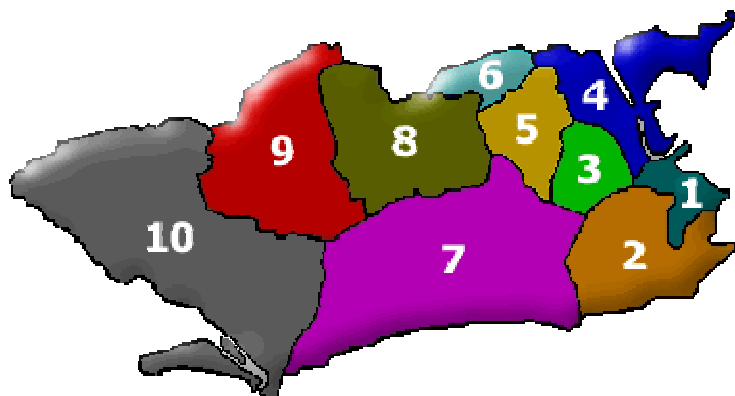
Este trabalho integra uma rede de pesquisas sobre educação em geral cujo principal objetivo é sinalizar os problemas enfrentados pelos professores de EF no seu ambiente de trabalho em relação à sua saúde, permitindo o desenvolvimento de condições favoráveis à organização do trabalho e promoção de um ambiente saudável, além de contribuir para a formação educacional desse profissional.

Este projeto foi avaliado pelo Comitê de Ensino e Pesquisa da ENSP e aprovado sob o número 144/07 de abril de 2007.

5.2 - A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SISTEMA EDUCACIONAL NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

A Secretaria de Educação da Cidade do Rio de Janeiro divide-se em 10 (dez) Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) (Gráfico 1), cada uma sendo responsável por determinados bairros do município do Rio de Janeiro (Quadro 1).

Gráfico 1-Divisão das CREs do Município do Rio de Janeiro



No Município do Rio de Janeiro encontram-se 1270 escolas, sendo 203 creches. Nestas escolas trabalham 37 mil professores, sendo 3186 professores de

Educação Física 11.240 mil funcionários e 748.409 mil alunos. Destes, estão matriculados em creches 19.929, em pré-escolas 95.672, no 1º segmento são 360.843, no 2º segmento são 234.875, na Educação Especial 5.617 alunos e 31.473 no Programa de educação de jovens e adultos (Peja).

O Município também oferece Unidades de extensão que são as seguintes: 12 Clubes Escolares com 12.84 alunos matriculadas; 09 Núcleos de Artes com 2.009 crianças matriculadas; 20 pólos de Educação pelo Trabalho com 6.669 alunos matriculados.

5.3 – CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS PESQUISADAS

Situadas na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro, as Escolas AV e VSS são da Rede Municipal de ensino. A primeira escola situa-se no bairro de Inhaúma e sua fundação data do ano de 1985. Já a segunda escola localiza-se no bairro de Bonsucesso desde o ano de 2004^{xi}. O acesso às duas escolas é fácil, pois há várias linhas de ônibus e de transportes alternativos que servem à região.

A Escola AV, inicialmente, funcionou em um prédio de argamassa pré-moldada, composto por 05 (cinco) salas de aula, biblioteca, refeitório, cozinha e despensa, secretaria, sala da Direção, sala dos Professores, pátio coberto, jardim e quintal. Atendia às classes de alfabetização e da antiga 1ª série. Com o passar dos anos, foi estendendo, gradativamente, seu atendimento. Com o intuito de oferecer mais vagas à comunidade, no ano de 2000, iniciaram-se as obras de reconstrução do prédio, que foram concluídas em 2002.

Hoje, o prédio de 03 (três) andares, conta com 16 (dezesesseis) salas de aula, sendo 12 (doze) comuns e 04 (quatro) agrupadas duas a duas, com banheiro privativo para Educação Infantil e para Educação Especial, Sala de Leitura, Laboratório de Informática, Sala de Artes, Brinquedoteca, Sala de Dança, auditório para 150 (cento e cinquenta) pessoas, refeitório, cozinha e despensa, área de serviço e banheiro para merendeiras, banheiro para alunos (masculino e feminino) em todos os andares, além de banheiro especial para portadores de necessidades especiais no térreo, quadra esportiva com vestiários, Secretaria, Sala de Direção, Sala de Direção Adjunta, Sala de Coordenação Pedagógica, Sala e banheiro de Professores, pátio coberto, pátio descoberto e parquinho de recreação. Todos os andares são interligados por rampas com corrimão. As instalações são amplas e suficientes para os alunos.

^{xi} Anteriormente a mesma encontrava-se usando algumas dependências (salas de aula) de uma outra escola, enquanto aguardava a construção de sua nova sede.

A Escola VSS tem sua origem na Casa da Criança, um núcleo da Prefeitura do Rio de Janeiro que atende apenas alunos da Educação Infantil. Nesse ano de 2008, a escola VSS começa uma nova fase em sua história, pois ganhou um novo prédio composto por 02 (dois) andares, onde estão distribuídas 10 (dez) salas de aula, com sala de leitura, auditório, refeitório, sendo que um é destinado a Educação Infantil e outro para os alunos das turmas mais velhas, cozinha, despensa, 01 (um) pátio coberto, 01 (um) banheiro comum a todos os funcionários e área externa descoberta (estacionamento). Deve-se salientar que no referido prédio funcionava uma fábrica de refrigerantes. Ele, aos poucos, está sendo adaptado. Esse é um dos motivos por ainda não existir uma quadra esportiva que atenda às necessidades da Unidade Escolar (UE).

Anualmente os alunos da primeira escola participam dos chamados “Jogos Inclusivos”^{xii}. Ambas as escolas realizam atividades extra-curriculares, tais como: feira da ciência, aniversário do patrono da escola, excursões pedagógicas, entre outras atividades presentes no Projeto Político Pedagógico.

Nas duas escolas, a taxa de evasão é muito baixa. Dentro da nova proposta pedagógica do Município do Rio de Janeiro, a Escola AV termina por atender a Educação Infantil e as classes que constituem o 1º Ciclo (antigas Classe de Alfabetização, 1ª e 2ª séries do ensino fundamental) e parte do 2º Ciclo, já que aí só existem as turmas das classes iniciais (antiga 3ª série do Ensino Fundamental) e intermediários (antiga 4ª série do Ensino Fundamental). Ao chegarem nessa fase, os alunos são encaminhados a outras escolas próximas para darem continuidade aos estudos. Com relação à escola VSS sua comunidade é formada por alunos na faixa etária de 04 (quatro) a 08 (oito) anos, isto é, da Educação Infantil até o Primeiro Ciclo.

Nas escolas, são realizadas atividades que envolvem todos os seus componentes como: feiras de folclore, ciências dentre outras. Há, por parte da direção das unidades, um controle dos estudantes através do uso de uniformes e eles não podem se ausentar da escola, a não ser que sejam autorizados pelos responsáveis ou estejam se sentindo mal fisicamente.

Em ambos os turnos são oferecidas refeições para os alunos, funcionários e professores, que são servidas em um refeitório único, o que facilita a integração de ambos os segmentos da escola.

As escolas buscam, através da união da equipe de docentes, um bom padrão de ensino. O corpo docente, admitido por concurso público, se divide em: Professor Regente II (que ministra as aulas de português, matemática, história e geografia) e Professor Regente I (EF). Os primeiros cumprem uma carga horária de 22 horas e 30

^{xii} Jogos esportivos adaptados para portadores de necessidades especiais.

minutos semanais, sendo reservadas, de 15 em 15 dias, 2 horas para encontros pedagógicos com a equipe disciplinar e/ou com a Coordenadora Pedagógica. Já os professores de Educação Física cumprem uma carga horária de 16 horas semanais, sendo que 12 horas são em sala de aula e 4 horas reservadas para encontros pedagógicos semanais. O objetivo desses encontros é aplicar o Projeto Político Pedagógico, além de desenvolver uma maior integração entre os docentes que podem discutir, trocar informações e sugerir idéias para alguma atividade proposta.

A direção e a coordenação, de ambas as unidades, estimulam a participação dos professores em eventos acadêmicos, já que para eles é o momento dos docentes trocarem idéias e aprimorarem seus conhecimentos.

6 – ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

6.1 – DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS E ASPECTOS GERAIS DOS PROFISSIONAIS ENTREVISTADOS

Inicialmente analisaremos os dados sóciodemográficos e os aspectos gerais do trabalho dos docentes. Foram entrevistados 07 professores^{xiii} vinculados a 02 (duas) escolas municipais localizadas nos bairros de Inhaúma e Bonsucesso.

Decidimos utilizar como depoimentos, as falas que julgamos pertinentes e significativas, sem levar em conta se o profissional tinha mais ou menos tempo de serviço.

A média de idade dos entrevistados é em torno de 35 a 42 anos, sendo que a maior concentração está na faixa etária de 35 anos. Com relação ao tempo de magistério, a maioria dos entrevistados encontra-se numa média de 15 anos em exercício da profissão.

Trabalho 34 horas. Tenho 20 turmas numa média de 20 a 30 alunos. Atuo, ainda, na supervisão dos núcleos do *Viva Vôlei*. (T.; 07 anos de magistério - AV).

Sou aposentado em uma matrícula. Na outra trabalho 32 horas. Tenho 12 turmas com média de 40 alunos (Educação Infantil a 8ª séries). Dou aulas de xadrez e ginástica particular (V.; 34 anos de magistério - AV).

Com relação à participação sindical, filiação ao SEPE, 05 (cinco) pessoas dos 07 (sete) entrevistados afirmam ser filiados. Dentre os docentes entrevistados, 05 trabalham somente no magistério. Os que possuem outra atividade laboral, estas referem-se as atividades como supervisão de núcleos esportivos, aulas particulares de ginástica e xadrez ou de massoterapia oriental e acupuntura.

Trabalho 32 horas semanais, com 12 turmas com média de 45 alunos perfazendo um total de 540 alunos. Leciono para as antigas 2ª séries (2 turmas), 3ª séries (2), 4ª séries (2), 6ª séries (2), 7ª séries (2) e 8ª séries (2) sou acupunturista e massoterapeuta oriental (shiatsu, tui-ná e sei-tai). (U.; 19 anos de magistério - AV).

Com relação à faixa salarial pode-se observar que a maior parte dos entrevistados possui uma renda salarial acima de R\$ 2.101,00. Os professores com mais

^{xiii} Buscando manter a integridade dos profissionais que colaboraram com a pesquisa adotou-se o critério de identificação a partir de letras pré-definidas (T, U, V, X, W, Y, Z), juntamente com o tempo de exercício de sua profissão e a referida escola.

tempo de magistério conseguem obter uma renda acima de R\$ 3.000,00. Quase todos afirmam que seu salário é a principal remuneração familiar, contando com a ajuda de outros membros da família que também trabalham o que permite um aumento da renda familiar. De acordo com as entrevistas, todos os professores se encontram em situação de regência de turma^{xiv}.

6.2 - O DOCENTE NO AMBIENTE ESCOLAR

Nesse momento iniciamos a análise da situação do docente em relação à escola em que trabalha com o corpo docente que se constitui a partir da Educação Infantil, passa pelo Primeiro Ciclo (CA até a 2ª série), Segundo Ciclo (3ª série a 5ª série) e termina no Terceiro Ciclo (6ª até a 8ª série).

Com relação aos espaços destinados a realização das aulas de EF, os professores afirmam que os mesmos não são adequados às práticas desportivas. Além disso, existe a falta de material ou, quando este existe, encontra-se em péssimo estado de conservação. As quadras, em geral, apresentam problemas com relação ao tamanho ou à manutenção do piso.

Não tem armário para os materiais. Não tem vestiário para os alunos e nem para os professores. Não tem banheiro masculino e feminino, apenas um para todos (mais de 60 pessoas). Uma quadra e um pátio inadequados para a quantidade de alunos, além de o pátio ser lugar de entrada e passagem de carros. (T.; 07 anos de magistério - AV).

Numa escola não existe quadra esportiva, sendo as atividades feitas em espaços livres ao redor da escola. Na outra, a quadra é coberta, não tem as dimensões oficiais. Usa-se o espaço coberto na frente da escola e o corredor lateral muito extenso. (W.; 32 anos de magistério - AV).

Existe uma quadra e sala de dança, mas é muito confinada e o tamanho é pequeno, principalmente para o tamanho das turmas, cerca de 30 alunos. Um pátio é improvisado e é utilizado também para as aulas. (Y.; 17 anos de magistério - VSS).

Somente a sala de dança. O material é suficiente, mas não posso usá-los senão quebra os espelhos, ou seja, o espaço é inadequado ao número de alunos. (Z.; 09 anos de magistério - VSS).

^{xiv} Professor legalmente responsável pela turma durante o ano letivo.

Em 03 (três) entrevistas, os docentes relatam estarem satisfeitos com a infraestrutura oferecida pelas escolas.

Nas escolas em que trabalho, graças a Deus, disponho de material, quadra coberta e tenho toda a liberdade para desenvolver meu trabalho. (U.; 19 anos de magistério - AV).

Boa infra-estrutura, quadra, sala de dança e material adequado (V.; 34 anos de magistério - AV).

Quadra, material adequado, pátio e sala de dança são os espaços suficientes. (X.; 06 anos de magistério - AV).

Quando as perguntas se referiram ao nível de relacionamento entre os docentes de EF e a Direção, a Coordenação Pedagógica, os outros professores e os responsáveis, pode-se perceber que existe, com relação à Equipe da Direção (Diretor-Geral, Diretor Adjunto e Coordenadora Pedagógica), uma variação de opiniões que vai de satisfatório até um bom relacionamento. Para 06 entrevistados, o tratamento entre os professores de EF e os outros docentes e os responsáveis pelos alunos é sempre muito bom.

Alguns comentários indicam que com relação à Direção e a Coordenação Pedagógica, por vezes, a maioria dos professores possui um relacionamento estritamente profissional o que permite existir uma interação harmoniosa.

[Este relacionamento é] estritamente pedagógico. A tentativa de se relacionar é a mais humanizada possível. Devido à carga horária diferente, há um afastamento [os docentes de EF chegam para ministrar suas aulas, tendo pouco tempo para conversar com as professoras responsáveis pelas turmas e com a direção da escola]. (Z.; 09 anos de magistério - VSS)

Muito boa [a relação], tanto profissional quanto pessoal. (V.; 34 anos de magistério - AV)

Boa relação, contudo são muito bravas [a direção] para evitar a bagunça. (X.; 06 anos de magistério - AV)

A relação é boa, mas a direção às vezes abusa da autoridade. (T.; 07 anos de magistério - AV)

No trato entre escola e comunidade, os professores terminam afirmando que:

O tratamento é muito paternalista, nós viramos babás dos alunos e o contato com os responsáveis é pouco. (Z.; 09 anos de magistério - VSS).

A comunidade aprova os métodos da escola. Gostam e confiam no projeto

político e pedagógico. (V.; 34 anos de magistério - AV).

Dentre os entrevistados, a maioria já trabalha no município do Rio de Janeiro há mais de 10 (dez) anos, o que lhes permite expressar sua opinião com relação à quantidade de horas/aulas destinadas à prática de atividades físicas pelos discentes. Eles acreditam que dois encontros semanais seriam suficientes.

No que diz respeito ao tempo destinado pela SME à prática dos exercícios físicos pelos alunos, 02 (dois) tempos semanais, alguns professores acreditam ser suficientes para suprir as necessidades dos alunos. Contudo, um outro grupo discorda. Um docente aponta até um certo incomodo com relação a utilização da sua disciplina, como forma de ocupar os espaços ociosos existentes durante a montagem da grade de horário por parte da Direção da UE. Sua visão é apresentada logo abaixo:

A quantidade de aulas de Educação Física não é suficiente. Ela entra nos buracos, ou seja, primeiro faz o horário das outras disciplinas e depois o da educação Física. Mas o certo seria três vezes por semana (...) (V.; 34 anos de magistério- AV).

No que tange o relacionamento dos professores de EF com seus alunos, as opiniões nos remetem a uma troca de experiências positivas para os dois segmentos. Alguns docentes afirmam já terem enfrentado algum tipo de problema com as crianças, tais como “separar briga entre alunos”, o “uso de palavras grosseiras”, entre outros fatos que foram resolvidos na própria sala de aula, muitas das vezes sem a interferência da Direção.

O maior problema que enfrento é a indisciplina. Tento resolver conversando e às vezes não permito que o aluno faça a aula. Tenho boas turmas e sei que eles, alunos, vão variando o seu comportamento de acordo com o professor que entra em sala. (Y.; 17 anos de magistério- VSS).

Hoje um dos fatores [problemas] é a questão da idade de certos alunos na escola. Com isso a falta de respeito aumenta, já que eles trazem hábitos errados para dentro de sala de aula. (V.; 34 anos de magistério- AV).

O que nos chamou atenção ao ler os depoimentos dos professores é que praticamente todos apontaram a falta de respeito como a principal causa dos problemas enfrentados, tanto com as crianças quanto com os adolescentes com que trabalham. Dois dos entrevistados afirmam que, quando não conseguem resolver sozinhos os problemas, encaminham os alunos até a equipe pedagógica.

É necessário assinalarmos que durante a realização das entrevistas pudemos perceber que os professores, no que concerne a prática com os alunos, priorizam o diálogo e a solução conjunta dos problemas que eventualmente surgem durante as aulas, além de dispensarem um bom tempo de suas aulas dando atenção aos problemas, narrados pelas crianças. Percebemos que a relação com os alunos ocorre de maneira franca, objetiva e amigável, sem deixar de priorizar a obediência e a ordem – disciplina - durante as atividades. Observa-se certo poder do docente durante a prática educativa, pois é preciso ter e fazer presente o controle de turma, mesmo quando se tem uma visão e uma ação democrática.

Na maioria das respostas os professores afirmam que na relação com a Direção existe diálogo, que busca soluções para que o trabalho ocorra de forma harmoniosa e favorável ao crescimento dos discentes.

A relação com os pais ou responsáveis pelas crianças acontece a partir da confiança no trabalho realizado pelos docentes. Há, entretanto, um registro significativo de ausência de intercâmbio entre docentes e responsáveis.

Dentre os segmentos, os que mais reconhecem, na opinião dos docentes de EF, o seu trabalho são os alunos, que retribuem com um bom aproveitamento na realização das atividades e também nas demonstrações de carinho, que são constantes. Na seqüência são apresentados os comentários fornecidos na entrevista.

Os alunos dão um retorno na hora das realizações das atividades. (Y.; 17 anos de magistério - VSS).

Primeiro segmento do Ensino Fundamental, pelo reconhecimento e carinho das crianças e a sua beleza. (T.; 07 anos de magistério - AV).

No que diz respeito à satisfação profissional dos docentes e à questão salarial, a maior parte dos entrevistados afirmam gostarem muito do que fazem, o contato com os alunos e principalmente, vê-los utilizando parte das informações obtidas nas aulas de EF na sua prática cidadã. Mas quanto à questão salarial, a grande maioria demonstra uma grande insatisfação. Afirmam que o salário que recebem não condiz com todas as atribuições que lhes são impostas.

Gostar de ministrar aula é ponto comum na opinião dos entrevistados. Contudo, a desvalorização salarial é algo que marca a insatisfação da grande maioria dos entrevistados. A seguir, eles apontam os aspectos que os motivam a dar continuidade ao exercício da profissão.

O reconhecimento dos alunos, o carinho não tem preço (T.; 07 anos de magistério - AV).

Eu gosto das respostas e o contato com os alunos (X.; 06 anos de magistério - AV).

Estar em contato com as crianças e adolescentes, para poder ajudá-los e orientá-los no que for possível (W.; 32 de magistério - AV).

A felicidade e o respeito que alguns alunos ainda demonstram pelos profissionais de Educação Física (U.; 19 anos de magistério - AV).

6.3 – ANÁLISE DOS DADOS RELATIVOS À ATIVIDADE PROFISSIONAL

No que se refere à carga horária de trabalho dos professores nas escolas em que os profissionais entrevistados lecionam, pode-se perceber que a maior parte possui uma carga horária entre 20 e 40 horas semanal. Além disso, o número de alunos assistidos pela grande maioria varia entre 100 a 500 alunos, o que faz com que esses docentes tenham em sua responsabilidade uma média de 10 a 15 turmas anuais, atendidas semanalmente por esses profissionais. Deve-se ressaltar que o padrão mais comum é o de trabalhar com diferentes séries e em mais de uma escola.

Com relação ao número total de alunos com que trabalham, encontramos docentes que durante a semana de trabalho atendem em uma ou mais escolas no mínimo 40 (quarenta) alunos por turma, chegando, em alguns casos, a trabalhar com mais de 500 (quinhentos) alunos por semana.

A maioria dos entrevistados ministra aulas em turmas de Educação Infantil até o Terceiro Ciclo. Alguns afirmam que trabalham com alunos de diferentes faixas etárias, o que gera um desgaste físico e emocional maior.

Com relação ao tempo despendido para chegar ao local de trabalho, grande parte destina em média 1 hora entre sua casa e a escola. O tempo médio gasto no deslocamento entre a casa e o(s) local (is) de trabalho pode chegar até 15 horas semanais. Tempo abaixo de uma hora por semana pode corresponder à situação atípica, como morar a uma quadra do local de trabalho, aliado ao fato de trabalhar em apenas uma escola.

Cabe ainda salientar que, dentre os entrevistados, um bom número faz esse percurso de carro (04 entrevistados), tendo um outro grupo que afirma se locomover de

ônibus ou de trem. A realização do trajeto diariamente termina por gerar um grande desgaste físico e emocional nesses profissionais, que não trabalham em apenas uma escola.

Não devemos esquecer que o professor não ministra apenas suas aulas dentro da escola. Em seu horário de trabalho existe um tempo destinado à elaboração do planejamento semanal, que pode variar de no mínimo 04 horas até 12 horas semanais se o professor trabalhar em outros colégios.

Com relação à postura física assumida pelo docente durante a aula percebe-se que há uma grande variedade. Muitos ministram suas aulas deslocando-se constantemente pela quadra e, assim, permanecem uma boa parte do tempo em pé, o que gera constantes dores na coluna e um quadro crônico de professores que apresentam problemas de varizes.

6.4 – ANÁLISE DOS DADOS RELATIVOS AO COTIDIANO

O tempo destinado ao deslocamento de uma escola para outra, interfere no tempo que deveria ser destinado ao almoço, momento em que o profissional deveria reservar para um relaxamento físico e mental. A maioria dos entrevistados possuem apenas de 30 minutos a 01 hora para se alimentarem e descansarem entre um turno de trabalho e outro.

Na análise sobre a perspectiva do tempo destinado por cada docente às atividades extra-classe, um bom número afirma poder dispor de até 04 horas semanais para as mesmas.

Disponho de 01 hora para cada turma, no período de 01 mês. (W.; 32 anos de magistério - AV).

Sim, realizo caminhadas, jogos da primavera e passeios com meus alunos. (T.; 07 anos de magistério - AV).

No que tange ao item descanso semanal e dias de lazer com seus familiares, as respostas obtidas foram as mais variadas possíveis. Mensalmente, a maioria dos entrevistados afirma dispor de 06 até 10 horas semanais para ir ao cinema, ler um bom livro, brincar com os filhos e sair com a família para passear. Os relatos que se seguem ilustram a visão de alguns docentes em relação ao tempo para a família.

12 horas, 02 dias. Sábado e domingo com raras exceções, quando tenho algum imprevisto. (T.; 07 anos de magistério - AV).

8 horas, somente o domingo. De vez em quando sou árbitro nacional de xadrez e quando aparece uma competição para arbitrar preciso ir. (V.; 34 anos de magistério - AV).

5 horas por dia e final de semana com a família a partir de sábado à tarde, pois atendo pela manhã no consultório. (U.; 19 anos de magistério - AV).

Diversos tipos de atividades foram relacionados ao tempo de folga, tais como: ir a praia, ao cinema, a casas de amigos, ouvir música, viajar, etc. A análise dos dados mostra que a maioria dos entrevistados respondeu que o lazer ocorre mais ao ar livre do que em locais fechados.

6.5 – A SAÚDE DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

No âmbito escolar, o profissional que está mais suscetível a acidentes de trabalho é o Professor de EF, devido às particularidades de sua atividade. Geralmente, o professor tem que demonstrar as atividades para os alunos, propiciando possíveis quedas, torções ou distensões.

Outro risco de acidente é a constante movimentação dos alunos, em diversas direções que podem ocasionar colisões entre os alunos e de alunos com professores. Em muitas situações, o professor opta por participar das atividades, com o intuito de motivar os alunos, mas esta atitude potencializa o risco de acidentes.

O material utilizado nas aulas, como bolas, cordas, bastões, arcos, possibilitam a ocorrência de lesões no rosto, nos olhos, no nariz, etc.

A estrutura das quadras também pode ocasionar acidentes de trabalho. Existem diversos fatores de risco nestes espaços, como balizas ou postes enferrujados ou com proeminências que propiciam cortes. Além do piso escorregadio ou que se torna escorregadio devido à chuva, existem locais onde as quadras têm buracos ou desníveis e outros que não possuem quadra; as aulas são realizadas em campos de barros sem coberturas ou em pequenos espaços com e sem pilastras adaptados para a EF.

Outro fator de risco são as diversas posturas como a flexão anterior, flexão lateral e rotação, exigidas por determinadas tarefas que influenciam o surgimento da lombalgia, assim como a postura sentada combinada com flexões e rotações. Também se relata a postura de pé, se mantida por tempo prolongado, como fator de risco para a

dor lombar⁵⁰.

Tais causas acrescidas de fatores psicossociais como problemas com supervisores ou colegas de trabalho, exigência no trabalho, pouca oportunidade de desenvolvimento pessoal, tarefas monótonas, baixo controle e insatisfação no trabalho, problemas familiares e problemas pessoais, ansiedade, depressão e estresse podem incrementar o risco de aparecimento de lombalgias⁵⁶.

Cinco (05) dos sete (07) professores entrevistados apontaram que já teve ou têm algum problema de saúde, tais como dores lombares, quadro intenso de varizes, problemas na voz e danos na audição. Isso tudo é compreensível quando se avalia o quadro no qual o docente de EF fica exposto: quadras com pisos inadequados à prática esportiva, a grande quantidade de horas que o profissional fica em pé, fora a necessidade de elevar a voz sempre já que por vezes as escolas são construídas para as vias públicas, onde existe uma grande circulação de automóveis, ônibus e caminhões. Não se pode esquecer que existem ainda escolas que ficam próximas a linha de trem e metrô. Esses barulhos externos associados aos barulhos internos (alunos sem aula que descem e ocupam o pátio próximo a quadra e o recreio de um outro segmento que ocorre no mesmo momento das aulas de EF), prejudicam não apenas a voz como também a audição do docente de EF.

Por esse motivo, o alto índice de licenças médicas e alguns casos de readaptação^{xv} de função, isto é, quando o professor não pode mais exercer seu cargo e termina sendo posto para realizar atividades como auxiliar de secretaria.

Os docentes entrevistados foram consultados sobre um fator que muitas vezes passa despercebido ou se dá pouca importância, mas que provoca sérios problemas psicológicos - a violência. Muitos dizem não terem sofrido nenhum tipo de violência, porém sabem dos riscos que o seu trabalho oferece. Assim afirmam:

A falta de condições de trabalho (ambiente, instalações e o material utilizado). Eventualmente a falta de apoio da direção, responsabilizando o professor por tudo sem maiores explicações. (Y.; 17 anos de magistério - VSS).

Contra os professores de uma forma geral, a falta de respeito que existia antigamente era na questão da remuneração. Não há mais respeito e se nota a tendência dos profissionais a se afastarem do magistério. (U.; 19 anos de magistério - AV).

^{xv} Funcionários que não podem exercer sua função inicial por motivos de problemas de saúde e são realocados em outras funções.

Não ser reconhecido com igualdade, pois os outros professores o consideram inferior, pois acham que a aula de Educação Física é brincadeira. (V.; 34 anos de magistério - AV).

A desvalorização do profissional por parte das autoridades públicas. (X.; 06 anos de magistério - AV).

O preconceito das outras disciplinas com a Educação Física. Julgar as atividades físicas como um momento sem importância, não respeitar o espaço (quadra) como sala de aula. A direção nos considera animadores de festa e nunca como educadores. (Z.; 09 anos de magistério - VSS).

1) não ter um local digno para trabalhar: ex.: falta de espaço: falta de material, local que oferece perigo;
2) intromissão nas aulas de Educação Física por parte da direção;
3) o excessivo número de alunos em cada turma. (W.; 32 anos de magistério - AV).

A violência psicológica e física, pois a escola se encontra em local de risco e já teve vários momentos de tensão, com o fechamento da escola. Tivemos que sair correndo. A falta de respeito dos professores passando pelo meio da aula, quando a mesma está se realizando, ignorando e desvalorizando a aula. (T.; 07 anos de magistério - AV).

Nos depoimentos que se seguem podemos perceber que em todos aparecem a preocupação com relação ao aumento do nível de violência que as crianças e adolescentes assistidos pelas escolas Municipais do Rio de Janeiro sofrem no seu cotidiano e que terminam por reproduzir nas suas vidas.

Sim, verbalmente o aluno proferiu palavras de baixo calão em relação a minha pessoa e fui obrigado a convidá-lo a se retirar da minha aula. Quando levado à direção na presença da mãe o mesmo disse que eu o havia empurrado, fato que a mãe chegou a questionar a verdade. A direção da escola agiu rápido e contornou o mal entendido. (U.; 19 anos de magistério - AV).

7 – DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS

Após analisar os dados coletados nas entrevistas, nos debruçamos sobre informações que nos servirão de base para as nossas avaliações ou indagações à luz de certos teóricos.

A média de idade dos entrevistados variou em torno de 29 a 42 anos de idade, sendo que a maioria está concentrada na faixa dos 35 anos. Com relação ao tempo de serviço, este varia entre 06 e 34 anos. Sendo assim, temos um grupo de profissionais formado, em sua maioria, por pessoas com faixa etária acima dos 30 anos e com tempo de magistério acima de 15 anos.

Cabe aqui ressaltar que 02 (dois) dos nossos entrevistados já preencheram as condições para se aposentarem. Este fato não é decorrente do simples desejo de continuar ensinando, mas sim causado pela baixa remuneração do aposentado e do favorecimento de uma Lei Municipal, que “premia” o docente que, mesmo após a sua aposentadoria, continue a trabalhar com acréscimo de 30% em seu último salário (PAP – Programa Abono-Permanência, Lei 3020/2000 – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).

As duas escolas públicas municipais onde as pesquisas foram realizadas encontram-se em bairros de renda baixa^{xvi}, situadas em áreas de risco, onde os embates entre a criminalidade e a polícia são freqüentes, o que termina por prejudicar o processo educacional, já que por vezes as escolas são obrigadas a dispensar os alunos.

O universo ao qual aplicamos o instrumento abarca em sua formação uma grande presença de representantes do sexo masculino. Contudo, isso não significa que haja uma predominância masculina nesta disciplina (EF); hoje a presença de docentes de EF do sexo feminino é bem representativa. Apenas como esclarecimento, até o final do século XIX, eram os homens que ocupavam a posição de mestres. No início do século XX, os homens abandonaram essa ocupação, pois ocorreram mudanças significativas no processo de trabalho docente, uma vez que o aumento do nível de escolaridade das mulheres facilitou a entrada das mesmas no setor e começaram a ocorrer pressões econômicas sobre o ofício de educador.

^{xvi} “Atlas do Censo Demográfico 2000” e da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2003 do IBGE, onde o perfil da população com renda baixa encontra-se descrito no mesmo.

No que se refere à participação sindical, no caso o SEPE, 05 pessoas do grupo entrevistado indicaram ser filiadas. Observa-se que a partir da década de 80, tendo como um dos motivos a crise internacional no mundo do trabalho, a organização sindical docente passa a enfrentar obstáculos com relação à mobilização da categoria.

Dentre os principais fatores dessa crise na organização sindical docente, mesmo levando-se em conta as diferenças regionais existentes no nosso território, observamos: 1) o esgotamento das greves; 2) divergências políticas e ideológicas das entidades representantes dos docentes; 3) falta de diálogo com alunos e seus responsáveis; 4) distanciamento entre as lideranças e os docentes.

Durante a permanência nas escolas pode-se notar a presença apenas da Coordenadora Pedagógica, que termina assumindo uma postura de psicóloga, orientadora educacional e até mesmo de assistente social. Há inspetores de alunos, contudo não suprem a necessidade da comunidade escolar, não apenas pelo número excessivo de alunos dentro das escolas, como também nem todas possuem esses funcionários, e quando possuem, o número é insuficiente, pois, geralmente, atuam com um funcionário por cada turno. Eles, porém, na maioria dos casos se tornam ajudantes de serviços gerais quando requisitados pelas direções. Assim, a tarefa de disciplinar os discentes, dentro e fora da sala de aula, passa a ser mais uma das funções assumidas pelos professores, algumas vezes auxiliados pelas direções, mas na maioria das vezes sozinhos, inclusive separando brigas de alunos com armas brancas (facas, canivetes, etc.)⁵⁴.

Um fator que não pode ser esquecido é a superlotação das salas de aula, que junto com a carência de profissionais (professores e funcionários de apoio), geram um quadro de tempos ociosos e, com isso, aumenta o quadro de indisciplina e ociosidade educacional.

Outro dado apontado pelos professores entrevistados se relaciona à questão dos ruídos decorrentes da superlotação das escolas, a falta de funcionários de apoio (inspetores de corredores), da proximidade das unidades escolares com as vias urbanas, tudo isso conjugado com uma estrutura arquitetônica que facilita a entrada do som externo. Esses são obstáculos que dificultam em muito as aulas de EF, que muitas vezes são realizadas em espaços pouco apropriados para sua prática, como em pátios descobertos ou corredores de passagem como descrito anteriormente.

O trabalhador, como testemunha presencial de sua realidade ocupacional, a percebe a partir de 03 (três) dimensões: o lugar, o tempo e a pessoa. Ele é capaz de

delimitar o entorno em que se apresentam os principais fatores de risco; a nocividade do lugar é vista a partir da sua sensação de bem-estar, além de ser capaz de observar as variações de qualquer processo ao longo do tempo, conhecendo o momento certo em que esses fatores se intensificam e tornam-se nocivos à sua saúde.

Inúmeros são os fatores intitulados de “incômodos” encontrados pelos docentes para a realização da prática educacional. Dentre eles destacamos: o abandono pela equipe de direção, o estresse, o desgaste físico e emocional, a desvalorização profissional e pessoal, a cobrança excessiva, o barulho, o calor, a chuva, a indisciplina dos alunos, a superlotação das turmas.

Essas informações encontram-se presentes nos depoimentos dos professores, que apontam principalmente a questão da acústica nas quadras como um fator de agravamento de problemas auditivos e vocais no profissional de EF.

A formação de turmas excessivamente grandes implica em um desgaste físico dos docentes, já que o professor por vezes não tem tempo de dirigir atenção mais individualizada aos alunos, tal como corrigir sua postura corporal. No caso de nossa pesquisa, os dados coletados nas escolas municipais do Rio de Janeiro se referem a uma média de alunos que vai de 25 a 30 na Educação Infantil, e nas séries seguintes atinge até uma média de 40 alunos por turma.

Devido à falta de profissionais, dentro do espaço escolar, como psicólogos, assistentes sociais e um número mais expressivo de funcionários de apoio, quando ocorrem problemas disciplinares, a maioria dos entrevistados afirma resolvê-los sozinhos, contando apenas nos casos muito graves com o apoio da equipe de direção. Isso termina por demonstrar que, *“nos últimos anos, têm aumentado as responsabilidades e exigências que se projetam sobre os educadores”*⁴⁸.

Pode-se perceber, ao analisar os dados, que a relação entre os docentes se dá, no espaço escolar, de maneira informal e que a busca conjunta de soluções acontece por iniciativa do próprio professor. Configura-se uma relação em que o diálogo é pouco. A falta de regras que embasem práticas comuns são nitidamente narradas pelos docentes, devido à não existência, entre os professores, da idéia de uma coletividade com relação aos trabalhos desenvolvidos e às atitudes tomadas diante de certos problemas comuns sofridos por eles.

O que se percebe é a formação de agrupamentos, que em certos momentos assumem a forma de coletividade, mas que se dispersam tão logo o objetivo que gerou a mobilização seja resolvido. Efêmeras e por vezes circunstanciais, as relações de

solidariedade não apresentam uma continuidade dentro do universo escolar. As principais causas dessa situação encontram-se no isolamento ao qual os docentes estão submetidos, falta de autonomia e de tempo disponível para a prática de projetos comuns³⁹.

Na relação entre docente e discente são instituídas certas regras onde o diálogo e a solução conjunta dos problemas que surgem no decorrer das aulas, parecem dar uma idéia de organização. Ficou claro nos depoimentos que os profissionais de EF primam por uma relação com seus alunos onde se encontram presentes os seguintes aspectos: uma forma franca e objetiva de lidar com determinadas situações, sem deixar de priorizar o respeito entre ambos; a obediência e a prática de uma ordem vigente – disciplina – isso tudo cercado de certo poder do docente no que tange o controle da turma, mesmo primando por uma prática democrática⁵¹.

Toda e qualquer profissão se caracteriza por se envolver com um conjunto de regras e a de professor não poderia ser diferente. A questão passa pelo ponto de que essas regras precisam ultrapassar o limite da individualidade e atingir a coletividade. Isso se caracteriza pela prática cooperativa entre o professor e alunos, onde o professor coordena as atividades que deverão ser realizadas⁴¹.

A relação entre os professores e os pais ou responsáveis ocorre por meio da confiança no trabalho realizado. Contudo, o registro da ausência de troca de informações entre os docentes e os responsáveis é apontado pelos entrevistados como um fator grave na conduta do aluno ou na resolução de certos problemas que surgem.

Alguns entrevistados declararam que não trabalham em apenas uma escola ou exercem outras funções na sua especialização, não vinculadas à prática educativa, justificando o fato da maioria receber mais de R\$ 2.100,00 mensalmente.

A busca por caminhos alternativos para melhoria financeira está intimamente ligada aos baixos salários pagos aos docentes e, no desejo de ter uma vida mais digna, precisam trabalhar em mais de uma escola ou realizar outras atividades para complementar a renda familiar.

Os docentes podem assumir até 02 (duas) matrículas nas redes públicas (municipal, estadual e federal). Esses vínculos empregatícios em relação às horas trabalhadas no município do Rio de Janeiro são de 16 horas/aula por semana, sendo que 12 horas/aulas são, obrigatoriamente, cumpridas em sala de aula e as 4 horas restantes devem ser resguardadas para elaboração de aulas, correção de provas, de trabalhos e reuniões pedagógicas, para os chamados professores I (que atuam da 5ª a 8ª séries). Já

os chamados professores II possuem uma carga horária de 22 horas e 30 minutos semanais (que atuam da Educação Infantil até a 4ª séries).

Para os professores, não apenas de EF, a jornada semanal constitui-se do tempo de trabalho em sala de aula aliado ao tempo gasto com o planejamento, aos quais se soma ainda o tempo de deslocamento, que tende a aumentar com o aumento do número de escolas, envolvendo um desgaste adicional à atividade da docência. A preparação de aulas e exercícios normalmente ocorre em casa durante a semana ou nos finais de semana, sobretudo no encerramento dos trimestres por conta da avaliação e da necessidade de se entregar as notas para a secretaria e de fechar o diário de classe com o lançamento de todas as anotações diárias.

Cabe lembrar que o trabalho do docente não se limita apenas à prática de sala de aula, mas exige uma constante atualização e preparação profissional. Além disso, inúmeras tarefas terminam sendo realizadas sem a presença dos alunos, fora de sala de aula, fora da escola, aumentando a jornada de trabalho. Se o docente ministra aulas para várias turmas de séries diferentes e em turnos diferentes, a preparação das aulas requer dele diferentes formas de aplicabilidade de conteúdos e de propostas de atividades; daí um maior investimento de tempo na execução de um volume maior de trabalho e mais dedicação e esforço intelectual.

A falta de tempo para certas atividades prejudica a hora do almoço de muitos dos profissionais entrevistados, que terminam dispondo de 30 min a 1 hora para esta refeição. Percebe-se certo comprometimento dos intervalos de tempo, os quais deveriam ter sua utilização para o descanso ou para as refeições.

O número de alunos atingiu um valor que ultrapassa 500 alunos por escola para o grupo de professores que possuem mais de 02 (duas) escolas onde atuam profissionalmente. Isso também vem mostrar a realidade com relação ao tamanho das turmas, que tem relação direta com questões que envolvem a razão entre professores e quantidade de alunos.

Já com relação à postura física, há uma grande variedade assumida durante a aula. Na visão de Delcor⁴⁹ há uma necessidade em se manter uma postura adequada, já que se o contrário imperar haverá a necessidade de um esforço físico imenso para se desenvolver o trabalho. Tal fato termina gerando queixas constantes dos profissionais com relação à postura corporal. Ao longo da pesquisa, os esforços físicos realizados no trabalho foram freqüentemente apontados pelos docentes, destacando-se a necessidade de permanecer em pé a maior parte do tempo das aulas para a realização de exercícios e

correção dos alunos.

O profissional pode assumir, ao longo do dia de trabalho, um conjunto de posturas, que acionam várias musculaturas. Quando o profissional assume uma mesma postura corporal, pode ter a musculatura e a constituição óssea - articular afetadas, em especial a da coluna e membros, causando, em muitos casos, dores que irão se prolongar além do horário de trabalho.

A legislação brasileira referente à saúde do trabalhador precisa ser revista, uma vez que: a) ao compreender o trabalhador como um ser destituído de emoções e sentimentos, que pode ser lesado ao expor-se a agentes físicos, químicos e biológicos; b) ao rejeitar o trabalho como um dos determinantes do modo de viver e adquirir hábitos; c) ao considerar algumas doenças exclusivamente próprias do processo natural de envelhecimento do homem, essa legislação acaba por alimentar um ciclo vicioso de negação do adoecer do trabalhador.

Com isso, o organismo adoece através de vários mecanismos que envolvem aspectos cognitivos, emocionais, comportamentais e fisiológicos. São modificações que podem ser transitórias ou permanentes.

Essa visão vai de encontro à definida pela OMS, que entende as doenças laborais como aquelas que também acometem o restante da população, mas que se agravam entre trabalhadores vinculados a determinados processos produtivos.

Como já indicado no início do nosso trabalho, o centro de abordagem do mesmo se relaciona à saúde do docente de EF, no dia a dia de sua prática profissional. Na visão dos entrevistados, a relação entre a atividade profissional e a saúde se manifesta de formas muito variadas. Para alguns, o ato de lecionar vai se tornando, a cada ano, algo mais estressante, o que gera sérios problemas psicológicos e físicos.

Entre as queixas mencionadas, encontramos a total desvalorização do profissional; o desrespeito ao ato do fazer profissional; angústia e depressão; grande desgaste físico, mental e emocional; fadiga, problemas nas cordas vocais; problemas de audição; excesso de horas trabalhadas; carga pesada de trabalho; estresse; violência, acompanhada da falta de educação dos alunos. Associada a isso está a falta de condições financeiras para desfrutar de um bom lazer com a família o que termina por influenciar o lado psicológico desses trabalhadores.

Para a grande maioria, o reconhecimento profissional só ocorre por parte dos alunos. Isso afeta emocionalmente os profissionais de EF, que se sentem inferiorizados pelas outras disciplinas no momento da elaboração dos projetos

pedagógicos e até mesmo na hora da montagem do horário, quando quase sempre ocupam os espaços que sobram.

Ao serem indagados sobre o motivo de ainda continuarem exercendo a profissão, foi praticamente unânime a resposta de que existe a questão da afetividade proveniente dos alunos e um segundo fator, extremamente importante, que é a vocação profissional, ou seja, o amor pelo que faz.

Cabe aqui ressaltar que, entre os entrevistados, existe uma diferença etária e consequentemente profissional que os separa. Contudo, todos terminam unindo seus discursos por meio do amor à profissão, acima de todas as dificuldades que enfrentam.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar e compreender a qualidade de vida no ambiente de trabalho e as suas ações possíveis sobre a saúde do docente de EF. Colocamos o foco do nosso estudo no local de trabalho dos professores regentes de EF – a escola -, acreditando que este é um ponto vital a ser analisado em pesquisas sobre a Saúde do Trabalhador.

Ao buscar bibliografia sobre o assunto, terminamos por nos deparar com o problema da falta de publicações acerca do tema do estudo proposto. Tivemos que reunir estudos que abarcaram a questão de qualidade de vida e saúde do trabalhador, de um modo geral, mas poucos estudos sobre a saúde do professor de EF.

Percorremos o caminho traçado por estudos antecedentes, que basearam suas pesquisas nos seguintes pontos: - as condições do trabalho do docente; - suas relações no trabalho em si; - a organização do espaço de trabalho; - a influência dos ambientes laborais na saúde desse trabalhador; além de questões específicas do trabalho do professor de EF. Com esse percurso, buscamos identificar relações das atividades do trabalho com a saúde desse profissional docente para mostrar que, a partir de um processo de conhecimento das condições de trabalho, existe a possibilidade de modificá-las e tornar o ambiente de trabalho menos prejudicial à saúde. Com isso, tentamos indicar que o meio ambiente pode ser modificado, a partir de uma ação conjunta, preferencialmente participativa.

Observamos que o ambiente e a organização do trabalho nas escolas da rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro estão propícios ao surgimento ou ao agravamento de certos problemas de saúde dos docentes de EF. Isso é percebido quando olhamos o espaço destinado à prática esportiva. Nas 02 (duas) escolas onde a pesquisa foi realizada, detectamos inúmeros problemas. Por vezes, as aulas de EF são realizadas em espaços como pátios descobertos, onde transitam pessoas e carros ou então em corredores adaptados para as aulas destinadas aos alunos da Educação Infantil. A quadra esportiva, quando existe, não possui o tamanho correto ou então se encontra em péssimo estado de conservação. Outros espaços como a sala de dança, por vezes não é utilizada, pois não comporta o número excessivo de alunos.

Fatores alheios ao controle da escola também prejudicam as aulas de EF, tais como: a chuva que por vezes termina por alagar o espaço a ser utilizado, o forte calor que inviabiliza a realização da aula em dias muito quentes, já que as quadras são

em sua maioria descobertas; os ruídos não apenas internos (gritos dos alunos, o som do apito e o barulho do sinal), mas também externos (ônibus e carros, já que as escolas encontram-se em locais de grande movimentação). Enfim, o docente trabalha em ambientes físicos que apresentam inadequação, o que dificulta o desempenho profissional.

Vivemos em um mundo globalizado, onde a tecnologia invade nossas casas diariamente. Contudo, essa mesma tecnologia ainda não invadiu a sala de aula nas escolas públicas da rede municipal do Rio de Janeiro. Falta material para se trabalhar com os alunos durante as aulas de EF. Para que essa realidade mude, faz-se necessária uma mudança na metodologia educacional, a começar pela academia no que concerne à formação dos novos docentes. Sabe-se que existe um investimento por parte das esferas governamentais na formação continuada dos atuais docentes que atuam na rede pública municipal. Contudo, esse processo não consegue abarcar todos os docentes de EF, já que as vagas são limitadas e normalmente a capacitação acontece no horário das aulas.

Ao longo da minha trajetória profissional enquanto docente, pude observar que a ausência ou a presença de apoio cognitivo (palestras, cursos, licenças para estudo) e afetivo (valorização e respeito), atuam contra o docente. Entre outros problemas encontramos: a perda do controle do processo de trabalho, como é o caso, na Rede Municipal do Rio de Janeiro, que a partir da implantação dos Ciclos tem como ponto principal, a discussão acerca da aprovação automática. Para que um aluno, hoje, seja reprovado é preciso que ele seja retido em 05 disciplinas. Os docentes precisam preencher relatórios sobre o desempenho pedagógico onde deve estar descrito todos os recursos utilizados, ao longo do ano, para que o discente melhore o seu rendimento. Existe, ainda, um registro de classe único para todas as disciplinas, onde os professores da turma precisam relatar diariamente o rendimento de cada aluno e da turma. Esse registro tornou-se mais uma ferramenta de controle do trabalho docente.

Durante um dia de trabalho, o professor de EF lida com turmas compostas por mais de 30 (trinta) alunos, com barulhos internos e externos, com salas de aula (quadra e pátio) sem conservação adequada, isto é, sem um padrão mínimo para a realização das atividades propostas. Por vezes, 02 (dois) professores de EF precisam dividir o mesmo espaço, o que acarreta um desgaste maior de ambos os docentes que precisam falar mais alto e ter uma atenção redobrada com relação aos alunos.

Um outro dado muito importante a ser destacado é que a maioria dos docentes não trabalha apenas em 01 (uma) escola. Por necessidades financeiras se

submetem a uma jornada de trabalho semanal acima de 48h de trabalho. Com isso, terminam lecionando para mais de uma série, com vários alunos em diferentes faixas etárias, sendo forçados a produzir vários planejamentos de trabalho diariamente. O ideal é que o docente trabalhe em apenas um lugar, ganhando um salário digno para sua sobrevivência e com condições adequadas para administrar um ensino de qualidade numa escola cidadã.

O dia-a-dia da escola faz com que esse profissional vivencie situações para as quais não se encontra preparado emotiva e tecnicamente. Apenas no decorrer dos anos é que a experiência profissional fará com que ele ganhe amadurecimento para resolver determinadas situações vivenciadas em sala de aula. Concluímos que as atividades docentes requerem do professor um grande esforço no que tange a tomada de decisão.

Soma-se ainda a falta de apoio de inúmeros setores de dentro e de fora da escola (psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, supervisores educacionais, entre outros), que estão intimamente ligados à ação de educar, que a escola tem de desempenhar. Os docentes de EF se sentem realmente sozinhos nesta missão. Há a falta de vários profissionais capacitados para tal, principalmente na questão disciplinar.

O professor não só ensina, mas também orienta os seus alunos para um posicionamento reflexivo sobre o objeto por eles estudado. A formação de cidadãos participativos e com olhar crítico da sociedade e do mundo, hoje, tornou-se ponto fundamental de todas as propostas educacionais. Porém, como mostrar-lhes o seu papel? Chegamos à conclusão de que a resposta se encontra na própria escola, pois sabemos que, atualmente, a sociedade exige que ela esteja sintonizada com a vida e isso faz com que juntas cresçam e criem uma sintonia própria.

A escola é vista como um espaço político onde se deve ministrar um conjunto de disciplinas de maneira que o jovem adquira o saber necessário para não se deixar enganar. O conhecimento intelectual aparece como suporte para a formação da cidadania, o instrumento básico para o salto qualitativo entre a consciência ingênua e a consciência crítica⁵².

Sabe-se que é função do professor estar em sala de aula com os alunos, ocupando-os com atividades que prendam sua atenção. Mas, para que isso aconteça, esse trabalhador tem que ter as condições físicas e mentais necessárias, para a realização da sua tarefa. Ele tem que ser capaz, na presença dos alunos, de impor a sua voz (falar alto e em bom tom), percorrer a sala de aula, explicar, demonstrar e realizar as

atividades físicas propostas para o dia.

No decorrer dos relatos analisados percebemos que o dia-a-dia nas escolas foi motivo de grande preocupação para os docentes, sobretudo no que diz respeito à falta de profissionais de apoio, material pedagógico, sobrecarga de atribuições, surpelotação em sala de aula e a aprovação automática.

Quanto à relação entre os docentes de EF e as direções das escolas, através dos depoimentos pode-se perceber que na sua maioria ela acontece de forma profissional, onde o respeito e a prática de um bom convívio se fazem presentes.

Um outro aspecto muito destacado foi a questão da ausência dos pais ou responsáveis no acompanhamento da vida escolar dos alunos. A presença atuante dos pais auxilia a escola ao longo do processo de ensino-aprendizagem, pois certas exigências e ações concretas poderão ocorrer de forma mais efetiva. A falta de tempo é um dos fatores que inviabiliza a ida dos pais à Escola ou até mesmo a acompanhar os estudos de seus filhos. Isso acarreta um outro problema, pois termina sendo atribuída ao docente uma outra função, que é a de suprir a ausência dos pais na vida dessas crianças.

Cotidianamente, o professor pode sentir prazer no que faz. Ao perceber e tomar consciência dos benefícios que seu trabalho exerce na vida de outros – alunos -, isso termina por repercutir na sua prática docente, gerando bem estar. Contudo, ele precisa estar atento que a educação escolar é algo complexo e requer um tempo longo para ser percebida socialmente. Por causa disso, a necessidade de um alto nível profissional e uma grande dose de responsabilidade por parte de todos que estão inseridos nesse processo produtivo.

Todos dos professores assinalaram permanecer na profissão pela identificação que existe com os alunos. Este segmento da escola, na opinião dos entrevistados, é o que mais valoriza e reconhece seu trabalho. O contato diário e direto com os discentes leva o professor a aumentar a sua cumplicidade com a escola e a tentar realizar mudanças no rumo diário do universo escolar. Os alunos formam o grupo que mais gratifica o exercício da profissão docente.

Muitas vezes o horário de lazer desses profissionais, não apenas de EF, é deixado de lado devido às inúmeras tarefas da escola. Isso gera uma questão extremamente delicada, já esses profissionais deixam de desfrutar do tempo de descanso ou de estar com a família para realizar as tarefas do trabalho. Na maioria dos depoimentos, os docentes não conseguiram perceber a importância de estar com a família. Contudo, essa questão também fica comprometida pela remuneração financeira,

já que por vezes não sobra dinheiro para o lazer. Assim, carências intelectuais e profissionais deixam de ser supridas.

A burocratização do ambiente escolar levou a uma racionalização econômica do saber e isso implica profundamente nas relações de trabalho e saúde do docente. A substituição dos eixos fundamentais do processo pedagógico e conseqüentemente do trabalho do docente, por uma “pseudotecnologia educativa”, também é um dos pontos do desgaste desse trabalhador, já que intrinsecamente encontram-se, também, a desvalorização profissional, a cansativa rotina diária, a perda da autonomia profissional e o resultado disso encontra-se na diminuição intelectual do docente como difusor de cultura.

A perda da autonomia não se encontra apenas na questão da sua prática de sala de aula. Ela é mais abrangente atingindo a relação afetiva com os alunos e os outros professores dentro do ambiente escolar. O docente termina por perder algo extremamente valioso, a sua liberdade, que servia como amálgama na concretização do conteúdo e na edificação de um projeto pessoal como educador.

As tarefas de seu tempo não são captadas pelo homem simples, mas a ele apresentadas por uma “elite” que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida. E, quando julga que se salva seguindo as prescrições, afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é *sujeito*. Rebaixa-se a puro *objeto*. Coisifica-se⁵³.

Como conseqüência tem-se a Síndrome do Esgotamento Profissional, resultante do pouco ou da total falta de reconhecimento do real valor profissional pela equipe da direção, dos outros professores, pelos alunos e a comunidade em geral. Aumenta ainda mais a insatisfação do docente que se sente vigiado em seus atos, destituído de liberdade de escolha e de direcionamento do seu trabalho, já que o local e o tempo para ministrar aula lhas são entregues previamente, e qualquer alteração é terminantemente proibida. Além disso, tem a questão do professor precisar deixar de lado seu real papel e vestir, por vezes, a capa de policial já que passa uma boa parte da aula vigiando, punindo e julgando as atitudes de seus alunos. Soma-se ainda, a falta de recursos didáticos e materiais⁵⁹.

Ao analisar as entrevistas pode-se perceber uma íntima relação entre as atividades profissionais, a qualidade de vida e a saúde desses docentes de EF. Certos tipos de doenças como dor na coluna, problemas de garganta e de ouvido e o estresse

foram apontados como causas dos problemas de saúde. Além disso, como fator comprometedor de sua saúde, podemos perceber o local de trabalho.

A escola pública, para a maioria dos entrevistados, não é apenas o local de onde sai o seu “ganha pão”, mas sim um espaço democrático do saber. Esta visão também está presente no público que a procura, ou seja, os alunos que percebem que o estudo contribuí não apenas para o seu crescimento, mas que os faz agentes transformadores da sociedade em que estão inseridos.

No momento em que a sociedade institucionalizou o saber, o espaço para estas relações começou a se delimitar, ou seja, a Escola passa a ter um objetivo frente à sociedade, que é o de educar. Nesse espaço, o saber tem uma sistematização, uma forma, profissionais com funções pré-determinadas e definidas a realização desse labor. A equipe formada é composta por profissionais de apoio, que são os diretores, secretários, pedagogos, psicólogos, merendeiras, serventes, inspetores de alunos e os profissionais diretamente relacionados à prática educativa – os professores. Observa-se que para a realização da tarefa de educar se necessita de um movimento amplo e coletivo para se chegar ao sucesso, ou seja, na educação do aluno. A escola pode ser vista como um organismo de trabalho que presta um serviço à população, onde alunos com origem social, econômica, religiosa e cultural distintas, interagem no mesmo espaço.

Com esse estudo, buscou-se apresentar uma visão acerca da qualidade de vida e de trabalho do docente de EF da rede municipal do Rio de Janeiro, apontando alguns problemas comuns que atingem esses trabalhadores. Pretendemos contribuir para alertar sobre as questões tratadas ao longo desse trabalho, tentando encontrar possíveis soluções para os problemas.

Este trabalho, acreditamos, é apenas uma pequena contribuição entre muitos outros que virão na tentativa de solucionar essas e outras questões que surgirão ao longo do processo de transformação do ensino no município do Rio de Janeiro.

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1-OLIVEIRA, H. B. **Perfil do estilo dos professores da área de saúde da Universidade Católica de Brasília, 2001**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2001.
- 2-MARX, K. **As lutas de classes na França (1848-1850)**. São Paulo: Global, 1986.
- 3-SOUZA, J. S. **Trabalho, Educação e Sindicalismo: Anos 90**. Salvador – BA: UESB/ Autores Associados, col. Educação Contemporânea, 2002.
- 4-CIAVATTA, M. **O mundo do trabalho em imagens: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900 – 1930)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- 5-GOMES, A. M. de C. **Cidadania e Direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- 6-MENDES, R. & DIAS, E. C. **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador**. São Paulo: Revista de Saúde Pública, vol. 25, n° 5, 1991.
- 7-HOBSBAWN, E. J. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- 8-MINAYO-GOMEZ, C, THEDIM-COSTA, S. M. F. & FONSECA, Sonia Maria da. **A Construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, vol. 13, supl. 02, 1997.
- 9-LACAZ, F. A. **Saúde do trabalhador: um estudo sobre as formações discursivas da academia, dos serviços e do movimento sindical** [Tese de Doutorado]. Campinas, SP: Faculdade de Ciências Médicas - Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- 10-LAURELL, A. C. & NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde: Trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- 11-ODDONE, I., MARRI, G., GLORIA S., CHIATTELLA, M. **A luta dos trabalhadores pela saúde**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde/ São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- 12-TAMBELLINI, A.T., PORTO, M. F. S., GALVÃO, L. & MACHADO, J. M. H. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador: análises e perspectivas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 1986.
- 13-MENDES, R. (org). **Patologia do trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1995.
- 14-LAURELL, A. C. **Saúde e trabalho: os enfoques teóricos**. In: NUNES, E.D (org). As ciências sociais em saúde na América Latina: tendências e perspectivas. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 1985.
- 15-PARMEGIANI, L. **Occupational health services in 1984: a prospective model**. Am J Ind. Méd. 1985.
- 16-NAVARRO, V. **The labour process and health: a historical materialist interpretation**. Int J Health Services, vol. 12, 1982.
- 17-BERLINGUER, G. **Medicina e política**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde/ São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- 18-BERLINGUER, G., TEIXEIRA, S.F. & CAMPOS, G.W.S. **Reforma sanitária: Itália e Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos de Saúde/ São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

- 19-TAMBELLINI, A. T. **A política oficial de desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil na área de saúde e trabalho: discurso e prática.** In: ABRASCO, (org). Ensino da saúde pública, medicina preventiva e social no Brasil. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1984.
- 20-GOMES, C.M. & LACAZ, F. **Saúde do trabalhador: novas-velhas questões.** Ciência Saúde Coletiva, vol. 10, 2005.
- 21-PORTO, M.F.S., LACAZ, F. & MACHADO, J. M. H. **Promoção da saúde e Intersetorialidade: contribuições e limites da vigilância em saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde.** Saúde Debate, vol. 27, 2003.
- 22-GOMES, A. M. de C. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro, 1988.
- 23-SOUZA, K. R., SANTOS, M. B. M. dos; PINA, J. A.; MARIA, A.B.V.; CARMO, M. A.T.; JENSEN, M. **A trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) na luta pela Saúde do Trabalhador.** Rio de Janeiro, Ciência e Saúde Coletiva, 8(4): 1057-1068, 2003.
- 24-BOITO, J. R. A. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- 25-VALE, A. M. do. **Diálogo e Conflito: a presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente.** São Paulo: Cortez Editora, 1ª ed, vol. 01, 2002.
- 26-BETTI, M. **Educação Física e sociedade.** São Paulo: Movimento, 1991.
- 27-BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física: Ensino de primeira à quarta série/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997. 96p.
- 28-SOARES, C. L., TAFFAREL, C. N. Z., VARJAL, E., FILHO, L. C., ESCOBAR, M. O. & BRACHT, V. **Metodologia do Ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.
- 29-BRACHT, V. **Educação Física: a busca da legitimação pedagógica.** Rio de Janeiro: UGF, 1991.
- 30-FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- 31-DEJOURS, C. **Por um novo conceito de saúde.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol. 54, n°. 14 (abr/jun), 1986.
- 32-MINAYO, M. C. de S. & HARTZ, Z. M. de A. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário.** Rio de Janeiro: Cadernos Saúde Coletiva, vol. 05, n°. 1, 2000.
- 33-CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- 34-COELHO, M. T. A. D. & ALMEIDA FILHO, N. Análise do conceito de saúde a partir da epistemologia de Canguilhem e Foucault. In: GOLDENBERG, P., MARSIGLIA, R. M.G. & GOMES, M. H. de A. (orgs.). **O clássico e o novo.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- 35-SERGE, M. & FERRAZ, F. C. **O conceito de saúde.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 31, n°. 5, pp. 538-42, 1997.
- 36-BRICEÑO-LEÓN, R. Bienestar. Salud pública y cambio social. In: BRICEÑO-LEÓN, R., MINAYO, M. C. de S. & COIMBRA, J. R., (orgs.). **Salud y Equidad: una**

mirada desde las ciencias sociales. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, 2000.

37-SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 13^a. ed, 2003.

38-HECKERT, A. L., (et al). As sutilezas dos processos de grupo e formação na atualidade. In: ATHYDE, M., BARROS, Maria E., BRITO, Jussara & NEVES, Mary Y (orgs). **Trabalhar na escola? Só inventando o prazer.** Rio de Janeiro: Edições IPUB/CUCA, 2001.

39-NEVES, M. Y. **Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de (tornar-se) professora.** Rio de Janeiro: IPUB/UFRJ. Tese de doutorado. 1999.

40-SOUZA, S. D. **Qualidade de vida de professores universitários em fase de mestrado, 2001.** Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação Física. Florianópolis –SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

41-WATSON, P. **Sufrimento psíquico, lesões e doenças ocupacionais em profissionais de Educação Física que atuam em academias de ginástica.** Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho. Monografia de graduação, Curso de Licenciatura em Educação Física., 2003.

42-SILVA, C. L. & DAOLIO, J. **De corpo "sarado" à qualidade de vida: analisando alguns significados das práticas corporais para profissionais atuantes em academias de ginástica.** In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, Caxambu. Anais, set. 2003. 1 CD-ROM.

43-LACERDA, A. B. M. de. MORATA, T. C., & FIORINI, A. C. **Caracterização dos níveis de pressão sonora em academias de ginástica e queixas apresentadas por seus professores.** Ver. Brás. Otorrinolaringológica, set.2001, vol. 67, nº. 5. ISSN 0034-7299.

44-SORIANO, J. B. & WINTERSTEIN, P. J. **Satisfação no trabalho do professor de Educação Física.** São Paulo: Revista Paulista de Educação, vol. 12 (jul/dez), 1998.

45-MATTOS, M. G. **Vida no trabalho e sofrimento mental do professor de Educação Física na escola municipal: implicações em seu desempenho e na vida pessoal.** São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Pulo. Tese de doutorado, 1981.

46-DEJOURS, C., ABDOUCHELI & JAYTEC. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** São Paulo: Atlas, 1994.

47-GIONGO, A. L. **Da organização do trabalho hoje às doenças ocupacionais: o que ler na L.E.R.? O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo.** Porto Alegre: Ed. Artes e Ofício. Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2000.

48-ESTEVEVES, J. M. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

49-DELCOR, N. S., ARAÚJO, T. M., REIS, E., PORTO, L. A., CARVALHO, F. M., SILVA, M. O., BARBALHO, L. & ANDRADE, J. M. **Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil.** Cad. Saúde Pública, (jan-fev), 20(1): 187-196, 2004.

50-REIS, B., CARVALHO, F. M., ARAÚJO, T. M., SILVANY, N., FARIAS, E. J., MARTINS, F. & PORTO, L. A. **Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista – Bahia – Brasil.** Rio de Janeiro. Cad. Saúde

Pública (set/out), 21(5): 1480-1490, 2005.

51-KUENZER, A. Z. **Sob a reestruturação produtiva, enfermeiros, professores e montadores de automóveis se encontram no sofrimento do trabalho.** Trab. Educ. saúde, (mar), 2(1): 239-265, 2004.

52-SANTINI, J. & MOLINA NETO, V. **A síndrome do esgotamento profissional em professores de educação física: um estudo na rede municipal de ensino de Porto Alegre.** São Paulo, Rev Brás Educação Física Esportiva, (jul-set), 19(3): 209-222, 2005.

53-DEMO, P. **Ironias da educação: mudanças e contos sobre mudança.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

54-CANDAU, V.M., LUCINDA M. C. & NASCIMENTO, M. D. G. **Escola e violência.** Rio de Janeiro: DP&A, 2ª ed., 2001.

55-MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 9ª ed, 2006.

56-YANES, E. E. **Fatores de riesgo ocupacionales y cosideraciones de género en los estudios epidemiológicos de las lumbalgias.** Salud trab. genero; 8(1): 51-76.41, 2000.

57-ALVES, R. **Se eu pudesse viver minha vida novamente.** Campinas, SP: versus ed, 2006.

58-RAMAZZINI, B. **As doenças dos trabalhadores.** São Paulo: Fundacentro, 1985.

59- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

60-FERREIRA, N. T. **Cidadania: uma questão para educação.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

61-ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?** São Paulo: Ed. Brasiliense, col. Primeiros Passos, 1994.

62- ARAUJO, C. & SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

63-CAPONI, S. **Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud.** Revista História, Ciência e Saúde, vol. 04 (jul/out), 1997.

64-COSTA, A. M. & SCHWARCZ, L. M. **1890-1914. No tempo das certezas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

65-CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988. Título VIII, Capítulo II, Seção I, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Saúde.

66-FRANCO, A. C. & SATURBANO, F. **Licenças médicas de professores de Educação Física: expressando especificidades em estudos na rede municipal de ensino, Campinas – SP.** Campinas, SP: Revista Brasileira de Ciências do Esporte - Campinas, vol. 18, nº. 1, (set), 1996.

67-HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.

68-_____. **Saúde dos trabalhadores: cenários e desafios.** Rio de Janeiro: Cadernos de saúde pública, vol. 13, supl. 02, 1997.

69-MENDES, R. **Doutrina e prática da integração da saúde ocupacional no setor saúde: contribuição para a definição de uma política** [Tese de Livre Docência]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 1986.

- 70-MINISTÉRIO DA SAÚDE. Anais da 2a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador 1994. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- 71-SEPE, 2008. Ver, www.seperj.org.br/, em 20 de janeiro de 2008.
- 72-SINGER, P. I. **A crise do “milagre”:** interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1976.
- 73- SOARES, C. L. **O pensamento médico higienista e a Educação Física no Brasil: 1850-1930.** São Paulo: PUC, Dissertação de mestrado, 1990.
- 74-TAMBELLINI, A.T. **O trabalho e a doença.** In: GUIMARÃES, R. (org). Saúde e medicina no Brasil: contribuição para um debate. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.

ANEXOS

Anexo 1A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Modelo Experimental

- 1) Idade: _____ Sexo: _____
- 2) Estado civil? _____
- 3) Tem filhos? Quantos?
- 4) Qual o meio de locomoção utilizado?
() a pé () bicicleta () ônibus () carro () trem () metrô
- 5) Em geral, quanto tempo leva para chegar ao trabalho?

- 6) Qual sua faixa salarial em salários mínimos?

- 7) Sua remuneração é a principal da família? () sim () não
- 8) Outros familiares têm trabalho remunerado?
- 9) Quanto tempo você tem de formado? _____
- 10) Quanto tempo trabalha no Município do Rio de Janeiro e nessa escola?

- 11) Qual a carga horária de trabalho semanal nas escolas, com nº. de alunos, turmas e séries respectivamente. Possui outra atividade laboral?

- 12) O que você acha das aulas de Educação Física para os alunos, são suficientes em relação às outras disciplinas?

- 13) Qual o tempo que você dispensa para atividades extra classe?

- 14) Horário de almoço:
() Não disponho; () Menos que 30 minutos; () De 30 min a 1 hora;
() De 1 a 2 horas; () Mais que 2 horas.
- 15) Qual a infra-estrutura que você dispõe nas escolas em que trabalha?

16) Você enfrenta algum problema com alunos? () sim () não

Como você resolve?

() O docente sozinho

() O docente com auxílio da equipe de apoio (Direção e inspetores)

17) Como é sua relação com os outros docentes de Educação Física?

18) Você possui plano de saúde? _____

19) Já ficou de licença ou de readaptação? () sim () não

20) Você está satisfeito com o seu salário?

21) Você gosta do seu trabalho? () sim () não

22) Que aspectos de sua profissão te motivam a continuar exercê-la?

23) Tem alguma coisa que não tenha mencionado que você gostaria de acrescentar?

24) Você tem ou já teve algum problema de saúde?

25) Quantos Professores de Educação Física possui sua (s) escola (s)?

26) Como é sua relação com os outros docentes de Educação Física?

27) Como é sua relação com a direção e a coordenação pedagógica e com os outros docentes e responsáveis?

Como é, em sua opinião, a relação da escola com a comunidade em seu entorno?

28) Por parte de qual segmento você obtém um maior reconhecimento pelos resultados de seu trabalho? Por quê?

29) É sindicalizado? () sim () não

30) Quantas horas de descanso você tem por dia, quantos dias de lazer por semana e com a família?

31) Como você caracteriza a sua postura física durante as aulas? Escolha até 02 opções:

() Desloco-me muito pela quadra; () Passo a maior parte do tempo em pé;

() Passo a maior parte do tempo sentado; () Busco o equilíbrio entre as posições.

32) O que você considera violência contra o professor de Educação Física?

33) Já sofreu algum tipo de violência dentro da escola ou próxima a ela?

() sim () não

Quais?

34) Você considera que o trabalho que desenvolve oferece algum risco para a sua saúde? () sim () não

Por quê? _____

35) Quais outros fatores lhe preocupam/desagradam no seu trabalho?

Anexo 1B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Modelo Real

1) Idade: _____ Sexo: _____

2) Estado civil? _____

3) Tem filhos? Quantos?

4) Qual o meio de locomoção utilizado?

() a pé () bicicleta () ônibus () carro () trem () metrô

5) Em geral, quanto tempo leva para chegar ao trabalho? _____

6) Qual sua faixa salarial em salários mínimos? _____

7) Você está satisfeito com o seu salário?

8) Sua remuneração é a principal da família? () sim () não

9) Outros familiares têm trabalho remunerado?

10) Quanto tempo você tem de formado? _____

11) Quanto tempo trabalha no Município do Rio de Janeiro e nessa escola?

12) Qual a carga horária de trabalho semanal nas escolas, com nº. de alunos, turmas e séries respectivamente. Possui outra atividade laboral?

13) Quantas horas de descanso você tem por dia, quantos dias de lazer por semana e com a família?

14) O que você acha das aulas de Educação Física para os alunos, são suficientes em relação às outras disciplinas?

15) Qual o tempo que você dispensa para atividades extra classe?

16) Horário de almoço:

() Não disponho; () Menos que 30 minutos; () De 30 min a 1 hora;

() De 1 a 2 horas; () Mais que 2 horas.

17) Qual a infra-estrutura que você dispõe nas escolas em que trabalha?

18) Você enfrenta algum problema com alunos? () sim () não

Como você resolve?

() O docente sozinho

() O docente com auxílio da equipe de apoio (Direção e inspetores)

19) Quantos Professores de Educação Física possui sua (s) escola (s)? _____

20) Por parte de qual segmento você obtém um maior reconhecimento pelos resultados de seu trabalho? Por quê?

21) O que você considera violência contra o professor de Educação Física?

22) Já sofreu algum tipo de violência dentro da escola ou próxima a ela?

() sim () não

Quais?

23) Como é sua relação com os outros docentes de Educação Física?

24) Você gosta do seu trabalho? () sim () não

25) Que aspectos de sua profissão te motivam a continuar exercê-la?

26) Como é sua relação com a direção e a coordenação pedagógica e com os outros docentes e responsáveis?

Como é, em sua opinião, a relação da escola com a comunidade em seu entorno?

28) É sindicalizado? () sim () não

29) Quais outros fatores lhe preocupam/desagradam no seu trabalho?

30) Você possui plano de saúde? _____

31) Já ficou de licença ou de readaptação? () sim () não

32) Você tem ou já teve algum problema de saúde? _____

33) Como você caracteriza a sua postura física durante as aulas? Escolha até 02 opções:

() Desloco-me muito pela quadra; () Passo a maior parte do tempo em pé;

() Passo a maior parte do tempo sentado; () Busco o equilíbrio entre as posições.

34) Você considera que o trabalho que desenvolve oferece algum risco para a sua saúde? () sim () não

Por quê? _____

35) Tem alguma coisa que não tenha mencionado que você gostaria de acrescentar?

Anexo 3 - Quadro 1- Abrangência das Coordenadorias Regionais de Educação

E/1a.CRE	80	Benfica, Bairro De Fátima, Benfica, Caju, Catumbi, Centro, Cidade Nova, Estácio, Gamboa, Mangueira, Paquetá, Praça Mauá, Rio Comprido, Santa Teresa, Santo Cristo, Saúde, São Cristóvão, Vasco Da Gama,
E/2a.CRE	136	Alto Boa Vista, Andaraí, Botafogo, Catete, Copacabana, Cosme Velho, Flamengo, Glória, Grajaú, Gávea, Humaitá, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Laranjeiras, Leblon, Leme, Maracanã, Praia Vermelha, Praça Da Bandeira, Rocinha, São Conrado, Tijuca, Urca, Usina, Vidigal, Vila Isabel,
E/3a.CRE	118	Abolição, Bonsucesso, Cachambi, Del Castilho, Encantado, Engenho Da Rainha, Engenho De Dentro, Engenho Novo, Higienópolis, Inhaúma, Jacarezinho, Jacaré, Lins De Vasconcelos, Lins De Vascondelos, Maria Da Graça, Méier, Piedade, Pilares, Ramos, Riachuelo, Rocha, Sampaio, Todos Os Santos, Tomás Coelho, Água Santa,
E/4a.CRE	165	Bancários, Bancários, Benfica, Bonsucesso, Brás De Pina, C. Universitária, Cocotá, Cordovil, Freguesia, Galeão, Guarabu, Ilha Do Governador, Ilha do Governador, Itacolomi, J. Carioca, J. Guanabara, J.Guanabara, Jardim América, Manguinhos, Moneró, Olaria, P. Bandeira, Parada De Lucas, Penha, Penha Circular, Penha Circular, Pitangueiras, Portuguesa, Praça Do Carmo/Penha, Ramos, Tauá, Tubiacanga, Vigário Geral, Vila Da Penha, Zumbi,

E/5a.CRE	122	Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Cavalcante, Colégio, Dasdadura, Honório Gurgel, Honório Gurgel, Irajá, Madureira, Marechal Hermes, Osvaldo Cruz, Quintino Bocaiúva, Rocha Miranda, Rocha Miranda, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente De Carvalho, Vila Kosmos, Vila Da Penha, Vila Kosmos, Vista Alegre, _,
E/6a.CRE	89	Acari, Anchieta, Barros Filho, Coelho Neto, Costa Barros, Deodoro, Guadalupe, Irajá, Parque Anchieta, Pavuna, R. Albuquerque,
E/7a.CRE	135	Anil, Camorim, Anil, Barra Da Tijuca, Barra da Tijuca, Cidade De Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Itanhangá, Jacarepaguá, Pechincha, Praça Seca, R. Bandeirantes, Recreio, Rio Das Pedras, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem Pequena, Vila Valqueire,
E/8a.CRE	165	Bangu, Deodoro, G. Da Silveira, Guadalupe, Jabour, Magalhães Bastos, Padre Miguel, Realengo, Santíssimo, Senador Camará, Sulacap, Vila Kennedy, Vila Militar,
E/9a.CRE	120	Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Nova Iguaçu, Santíssimo, Senador Vasconcelos,
E/10a.CRE	140	Barra De Guaratiba, Cosmos, Guaratiba, Ilha De Guaratiba, Paciência, Pedra De Guaratiba, Santa Cruz, Sepetiba,

